arouca

PLANO ESTRATÉGICO AROUCA 2030

FEVEREIRO 2020

LISTA DE SIGLAS

AACA - Associação de Agricultores Do Concelho De Arouca
ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira
AECA - Associação Empresarial de Cambra e Arouca
AFEDV - Associação Florestal Entre Douro e Vouga
AGA – Associação Geoparque Arouca
AMP - Área Metropolitana do Porto
ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários
ARU - Áreas de Reabilitação Urbana
CAA – Cooperativa Agrícola de Arouca
CI3 - Centro de Incubação e Inovação Industrial
CLDS - 3G - Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 3G
DLBC - *Desenvolvimento Local de Base Comunitária*
EDV – Entre o Douro e Vouga
EEC PROVERE – Estratégia de Eficiência Coletiva de Valorização de Recursos Endógenos
Federação EUROPARC – Federação de Parques Naturais e Nacionais da Europa
FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
GEE – Gases de Efeito Estufa
IFRRU *2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas*
IGT - Instrumentos de gestão territorial
INE – Instituto Nacional de Estatística
PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDM - Plano Diretor Municipal
PEDCA - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Arouca
PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PIB – Produto Interno Bruto
PMUS - Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável
PNCT - Programa Nacional para a Coesão Territorial
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROCOM/URBCOM – Programas de Apoio ao Urbanismo Comercial
RIS3 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
RN - Região do Norte
TICE - Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto
VAB – Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO 7
2. AVALIAÇÃO DO PEDCA 1995 9
2.1. O DIAGNÓSTICO DE BASE DO PEDCA 1995 9
2.1.1. Dinâmicas regressivas 9
2.1.2. Dinâmicas emergentes 10
2.1.3. Alguns indicadores estatísticos 11
2.2. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DAS LINHAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO DO PEDCA 1995 14
2.3. ELEMENTOS DE SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO 19
3. DINÂMICAS CENTRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO 21
3.1. O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM AROUCA 21
3.1.1. Incidências territoriais estruturantes 21
3.1.2. Tendências de evolução 23
3.2. O SISTEMA PRODUTIVO DO ENTRE DOURO E VOUGA 24
3.3. AROUCA GEOPARK, RURALIDADE E SUSTENTABILIDADE 26
3.4. UMA POLÍTICA CONSISTENTE DE QUALIFICAÇÃO URBANA 28
3.4.1. PEDCA 1995 e PDM 2009. 28
3.4.2. Programa de Ação da Parceria para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Arouca (2010). 30
3.4.3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (2016). 30
3.4.4. Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana de Arouca, Escariz-Fermedo e Alvarenga). 31
3.5. UMA REDE SOCIAL PROATIVA E INOVADORA 33
4. BASES ESTRATÉGICAS PARA AROUCA 2030 36
4.1. ENQUADRAMENTO 36
4.2. ABORDAGEM À ESTRATÉGIA 36
4.3. AS ÂNCORAS DA ESTRATÉGIA 38
4.3.1. A integração e contiguidade nas dinâmicas de empreendedorismo e de investimento do Entre Douro e Vouga (EDV) 39
4.3.2. A multiplicação de processos de criação de valor centrados nos recursos endógenos variados do concelho 39
4.3.3. A dimensão horizontal e diferenciadora da preservação e valorização identitária do património do concelho 40
4.4. CONDIÇÕES DE FACILITAÇÃO E APOSTAS COMPLEMENTARES DA ESTRATÉGIA 40

4.4.1. Educação, formação e qualificações ... 41
4.4.2. Qualidade de vida e inclusão social ... 41
4.4.3. Instrumentos de gestão territorial ... 41
4.4.4. A promoção do empreendedorismo ... 42
4.4.5. A política de parcerias ... 42
5. LINHAS ESTRATÉGICAS AROUCA 2030 ... 43
5.1. UMA VISÃO PARA AROUCA ... 43
5.2.1. Arouca, território de inovação e empreendedorismo ... 43
5.2.2. Arouca, território de diversidade ... 45
5.2.3. Arouca, território com identidade ... 46
5.3. EIXOS COMPLEMENTARES DA ESTRATÉGIA ... 46
5.3.1. Educação, formação e qualificações para o futuro ... 46
5.3.2. Desenvolvimento inclusivo e qualidade de vida ... 47
5.3.3. Gestão territorial orientada para o desenvolvimento sustentável ... 48
5.3.4. Parcerias estratégicas ... 50
5.4. SÍNTESE DOS EIXOS ESTRATÉGICOS ... 52
5.5. ALGUNS PROJETOS ESTRUTURANTES ... 54
6. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA AROUCA 2030 ... 56
6.1. UM CALENDÁRIO PARA UMA DÉCADA ... 56
6.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ... 56
6.2.1. Alinhamento com a Política de Coesão Europeia e o Portugal 2030 ... 57
6.2.2. Alinhamento com o Programa Nacional para a Coesão Territorial ... 59
7. COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA ... 60
8. ANEXOS ... 65
8.1. LISTA DE ENTIDADES E INDIVIDUALIDADES QUE PARTICIPARAM NOS TRABALHOS ... 65
8.2. INQUÉRITO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA ... 66
8.3. PAINÉIS DE DISCUSSÃO INICIAIS (AVALIAÇÃO DO PEDCA 1995): CONVITE ... 71
8.4. PAINÉIS DE DISCUSSÃO SOBRE A ESTRATÉGIA AROUCA 2030: CONVITE ... 72
8.5. SÍNTESE DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA ... 73
8.5.1. PORDATA – dados gerais ... 73
8.5.2. AEP – N invest – atividade económica ... 85
EQUIPA TÉCNICA ... 89

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as linhas fundamentais da Estratégia de Desenvolvimento adotada pelo Município de Arouca para a próxima década. Tal como acontecia com o referencial estratégico anterior, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Arouca (1995), esta proposta culmina um processo de análise-diagnóstico e de consulta a um quadro diversificado de agentes locais e regionais, mas é também resultado de uma perspetiva voluntarista e de uma visão de futuro que assenta em claras opções políticas.

Efetivamente, no confronto entre os contextos e as dinâmicas internas e externas, que condicionam a prospetiva e balizam os cenários de evolução, com as orientações das políticas públicas europeias e nacionais, que condicionam os modelos de intervenção e as prioridades, exige-se aos poderes políticos locais que façam escolhas e as assumam de forma consistente na sua atividade futura.

O processo de trabalho seguido respeitou esta orientação, culminando numa proposta de Estratégia que, à primeira vista, corresponde a uma atualização da trajetória que já vinha sendo seguida – a da valorização de alguns ativos territoriais, designadamente ligados ao património natural e histórico, como base do desenvolvimento económico e social em Arouca. No entanto, sem renegar essa continuidade, a nova estratégia aposta, efetivamente, num caminho mais sustentado e dinâmico, em que esta valorização de ativos surge integrada com uma perspetiva de diversificação e extroversão da base económica e num aprofundamento dos fatores de coesão social e territorial.

Este não é, por isso, um plano estratégico que segue o modelo do plano de 1995. É menos formatado ao nível do plano de ação e mais assente numa perspetiva que dá primazia aos valores e aos objetivos, apelando a uma perspetiva de monitorização-avaliação que confira agilidade à ação municipal, sem perder o foco nos resultados.

Como dissemos, não se renega a trajetória feita, naquilo que ela teve de positivo, mas também dos aspetos menos favoráveis. Daí ter-se optado por partir de um exercício avaliativo dos instrumentos de planeamento essenciais que, nos últimos anos, enquadraram a intervenção e as prioridades de desenvolvimento social, económico e territorial em Arouca: o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Arouca (PEDCA) e o Plano Diretor Municipal (PDM). Estes instrumentos carecem, como é evidente, de uma revisão e atualização, por várias razões que podem ser assim resumidos:

(i) A evolução do contexto social e económico nacional e global, sobretudo a dos últimos anos, assinalando-se alterações substanciais que justificam um posicionamento estratégico necessariamente distinto do que foi concebido há uma ou duas décadas e tem vigorado desde então.

(ii) A rápida transformação que ocorreu em Arouca nos últimos anos (por exemplo, a integração na Área Metropolitana do Porto e a consolidação da projeção externa do município a partir do turismo-natureza e do Arouca *GeoPark*, bem como da reabilitação e revitalização urbana e patrimonial).

(iii) A mudança das orientações gerais e prioridades das políticas públicas europeias e portuguesas, estando já lançada a discussão acerca da nova geração de instrumentos de política para o pós-2020.

(iv) As alterações da matriz jurídica, institucional e de competências municipais que têm vindo a ocorrer e se perspetivam para Portugal.

Ainda que o seu papel de elementos de enquadramento tenha sido imprescindível no caminho percorrido, conferindo coerência às intervenções públicas e à ação privada nos diversos domínios do desenvolvimento – complementados por outros instrumentos de planeamento de natureza mais operativa, como o recente Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) -, é necessário adaptar o PEDCA e o PDM aos novos tempos e políticas, ao enquadramento territorial metropolitano e ao novo quadro institucional municipal que se avizinha.

O **PEDCA** data já de 1995. É certo que as suas linhas orientadoras têm sido devidamente atualizadas, mantendo estabilidade nos objetivos e nas prioridades estruturais, e que diversos processos de planeamento e programação têm constituído sempre oportunidades para adaptar a estratégia, em termos setoriais ou operacionais, às alterações de contexto – o próprio PDM é um excelente exemplo disso. Mas a preparação do futuro e a mobilização do todo o potencial e de todos os agentes deste território e desta sociedade exigem um novo marco estratégico (uma visão e um caminho) e, sobretudo, um novo processo de reflexão e concertação alargada.

Quanto ao atual **PDM**, entrou em vigor no final de 2009, ainda elaborado no quadro do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro. Concebido para vigorar durante uma década, é tempo de o avaliar – do ponto de vista da sua adaptação às dinâmicas reais, da sua capacidade de ordenar efetivamente o território, do seu potencial de estímulo a práticas sustentáveis nos espaços urbanos e no território rural-natural, da facilidade na sua aplicação, da correta incorporação das orientações de política local nos diversos domínios setoriais, etc. Mas, além disso, o PDM carecerá no mínimo, a curto prazo, de uma alteração, para adaptação ao novo quadro jurídico, sobretudo a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo) e o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que revê o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

O período para esta reflexão é oportuno, mas também urgente, porque está atualmente em curso a aprovação do novo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e foi iniciado o processo de decisão referente à nova geração de políticas públicas europeias para o período pós-2020. São processos de natureza participativa, que culminarão na decisão acerca das prioridades, instrumentos de política e dotações financeiras europeias e nacionais, bem como num conjunto de orientações e opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstanciando o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais. Para participar ativamente nestes processos é importante que Arouca tenha ideias claras e sustentadas sobre o seu modelo de desenvolvimento para a(s) próxima(s) década(s).

2. AVALIAÇÃO DO PEDCA 1995

Esta secção do relatório sistematiza os principais elementos de avaliação da implementação do PEDCA 1995 e das principais alterações ao nível do seu diagnóstico de base.

Trata-se de uma avaliação de natureza instrumental, já que incorpora uma atualização do diagnóstico e sustenta a construção da base conceptual para a preparação da Estratégia Arouca 2030.

2.1. O DIAGNÓSTICO DE BASE DO PEDCA 1995

A análise preliminar já realizada, baseada numa primeira consulta a alguns agentes sociais e económicos, em análise documental, em alguns indicadores estatísticos e no conhecimento acumulado pela equipa em diversos processos de planeamento em Arouca, permite fazer avaliação das principais linhas do diagnóstico que sustentava as opções do PEDCA 1995 por comparação com a situação atual.

2.1.1. Dinâmicas regressivas

- Perda de importância da agricultura, floresta e pecuária.

Do ponto de vista do emprego que gera, esta tendência continua a verificar-se, mas há algumas alterações que devem ser tidas em conta.

Referimo-nos, sobretudo, a dois aspetos:

(1) Uma maior projeção da imagem de qualidade de alguns produtos locais, resultante do crescimento do número de visitantes ao território concelhio, da realização de eventos dedicados, da certificação de alguns destes produtos, da organização de alguns novos canais de distribuição (como melhor exemplo – Arouca Agrícola) e da própria apetência dos consumidores por produtos genuínos.

(2) A introdução de novas culturas de produtos agrícolas e a chegada de novos investidores, favorecida pelas políticas públicas de desenvolvimento rural e apoio ao empreendedorismo.

- Degradação paisagística – crescimento da monocultura eucalipto.

Esta dinâmica aprofundou-se negativamente – o eucalipto domina de forma ainda mais clara e as áreas florestais são afetadas por incêndios com maior frequência e gravidade. Há, no entanto, algumas dinâmicas positivas, seja ao nível da paisagem urbana, seja da dispersão industrial – as políticas de gestão territorial e regeneração urbana favoreceram estas dinâmicas.

- Perda demográfica – despovoamento das áreas rurais e montanha.

Este aspeto é, hoje, mais crítico do que há duas décadas.

- Parque habitacional envelhecido e com falhas significativas de qualidade.

Trata-se de uma tendência que se manteve e agravou, especialmente nos territórios mais rurais, onde o despovoamento contribui para a degradação.

- Vulnerabilidade social (pobreza, falta de escolaridade, fraca dotação em serviços de saúde).

Embora a dotação pública (equipamentos, serviços e apoio ao rendimento) seja, hoje em dia, bastante mais satisfatória do que na década de 1990, e os indicadores sociais em matéria de saúde e educação mais favoráveis, o empobrecimento rural e a crise económico-financeira dos últimos anos agravaram a situação para uma parte significativa da população – a taxa de desemprego, por exemplo, é bastante superior.

- Indicadores de qualidade de vida, de rendimento e de investimento produtivo abaixo da média regional e do EDV.

Embora a relação entre Arouca a os municípios vizinhos, mais urbanizados e industrializados, continue a mostrar alguma desvantagem, a situação atual é incomparavelmente melhor.

- Isolamento e más acessibilidades.

Continua a ser uma questão bastante penalizadora de uma grande parte do território arouquense. Embora tenham sido realizados alguns investimentos significativos na ligação às grandes vias do litoral, estamos longe de uma situação que possa considerar-se satisfatória.

2.1.2. Dinâmicas emergentes

- Património natural, diversidade ecológica e paisagística.

Independentemente dos fatores de degradação assinalados (dominância crescente do eucalipto, incêndios florestais e abandono do interior montanhoso), este continua a ser um elemento distintivo, que tem permitido, por via do crescimento do número de visitantes-turistas, dinamizar alguns setores territoriais e económicos, promovendo uma cultura de conservação e valorização.

- Património cultural e histórico-arquitetónico – incluindo produtos regionais com valorização económica (vitela arouquesa, doces conventuais, linho, …).

Tal como a qualidade do património natural, que emergiu como grande dinamizador social e económico na última década, o património cultural (material e imaterial) continua a afirmar-se como um dos principais elementos de identidade, competitividade e sustentabilidade de Arouca.

- Qualidade do ambiente rural e urbano.

Este é um aspeto cuja importância é, agora, maior, tanto porque houve claras melhorias (devido ao investimento público e privado em infraestruturação e requalificação) como porque, dada a inserção institucional de Arouca no espaço metropolitano, esta qualidade é percebida por um número mais alargado de pessoas e instituições e se torna uma vantagem comparativa mais evidente.

- Potencial turístico, baseado nos fatores anteriores.

Pode dizer-se que já não se trata apenas de "potencial" – a par da plena inserção no sistema produtivo industrial e de serviços do Entre Douro e Vouga (mais visível no setor ocidental do concelho), a visitação-usufruto da qualidade ambiental, paisagística e patrimonial tem-se afirmado como um motor da economia local. Além disso, há atualmente uma estruturação deste setor com elevado nível: profissionalização dos agentes empresariais, dinâmica do Arouca GeoPark (UNESCO, 2009) e distinção com a Carta Europeia de Turismo Sustentável (EUROPARC, 2013).

- Boas condições para desenvolvimento florestal e presença de indústria na fileira florestal - madeira.

No entanto, nos últimos anos assistiu-se a uma degradação deste potencial, por razões que já assinalámos. Para além da questão mais diretamente relacionada com a paisagem e a vitalidade do mundo rural, a diminuição da diversidade florestal, com perda significativa, por exemplo, de áreas de pinheiro e castanheiro, compromete outras atividades nesta fileira, como a apicultura, a exploração de cogumelos e as serrações.

- Indícios de extensão da bacia industrial e de emprego do EDV.

Favorecida por uma política bem estruturada de disponibilização de áreas de localização empresarial e pelo aproveitamento de incentivos públicos, pode afirmar-se que estes indícios se confirmaram de forma muito clara. O efeito é mais visível através do grau de ocupação dos espaços de acolhimento e da presença de novas unidades empresariais (de maior dimensão e em setores mais diversificados e exportadores) do que da geração de emprego, levando a crer que a tendência é de substituição das antigas unidades empresariais e de um maior índice de terciarização (incluindo as atividades turísticas).

2.1.3. Alguns indicadores estatísticos

Nesta secção apresenta-se um painel de indicadores estatísticos que permitem comparar a situação no Município na primeira metade da década de 1990 (lançamento do PEDCA1995) com a situação atual (indicadores mais atualizados, do período 2011-2017). São utilizados, sempre que possível, os mesmos indicadores que constam do painel estatístico do PEDCA1995.

Note-se que o painel não pretende ter rigor estatístico, mas apenas comparar ordens de grandeza. Na medida do possível, inclui os dados mais atualizados disponíveis à data desta avaliação, dentro de cada um dos intervalos de tempo. As fontes de informação são diversas, incluindo o INE, entidades setoriais e o Município de Arouca.

De uma forma geral, as alterações de contexto são bem visíveis e podem assim resumir-se:

- **Demografia em perda**, com diminuição da população residente. Os crescimentos natural e migratório combinam-se para gerar este efeito. A estrutura etária apresenta sinais claros de envelhecimento.
- Mantém-se a **tendência de terciarização do emprego**, acompanhado de um ganho relativo da construção civil e do turismo, por contraponto a um abrandamento do crescimento do emprego na indústria. O setor primário continua a perder importância.

- Os **níveis de qualificação dos residentes** continuam, globalmente**, a crescer**, mais que duplicando a proporção de pessoas com nível secundário ou superior. No entanto, estes níveis representam ainda apenas 1 em cada 6 de residentes.
- Os **indicadores de qualidade de vida mostram ganhos significativos**, tanto do ponto de vista da disponibilidade e acesso a serviços básicos e de natureza sociocultural como dos indicadores de saúde, de habitação, de poder de compra dos residentes e de riqueza das famílias.

Arouca, em 2019, já não é a Arouca de 1995, o que advém do resultado combinado das políticas e do investimento público com a consolidação de alguns setores económicos, mantendo-se a importância da indústria transformadora e com maior afirmação da construção civil e, sobretudo, das atividades na fileira do turismo (cultural e de natureza).

Uma leitura territorializada (pelo menos ao nível da freguesia) permitirá compreender que estes fenómenos têm tradução distinta nas zonas de mais alta densidade (aproximadamente o setor mais ocidental do território) e nas zonas interiores, montanhosas, com perda de população e fenómenos de envelhecimento mais do que preocupantes.

Quadro de indicadores estatísticos de enquadramento do concelho de Arouca

Domínio	Indicadores Estatísticos	Arouca - 1991/95	Arouca - 2011/17
DEMOGRAFIA	Total de população residente na Vila - sede de concelho	4 835	5 178
	Crescimento decenal da população na Vila (%)	13	7
	Peso da população residente na Vila face ao Concelho (%)	12	24
	Total de população no concelho	23 894	21 211
	Variação da população 2001-2016 (%)	-12,00	
	Saldo fisiológico	54	-70
	Taxa de crescimento natural (/1.000)	2,3	-0,8
	População 0-14 anos (%)	24	14
	Dinâmica da população 0-14 anos (%)	-21	-34
	População 15-24 anos (%)	18	12
	Dinâmica da população 15-24 anos (%)	1	-39
	População 25-64 anos (%)	43	55
	Dinâmica da população 25-64 anos (%)	12	2
	População com mais de 65 anos (%)	15	20
	Dinâmica da população com mais de 65 anos (%)	20	8
	Saldo Migratório	-197	-181
	Densidade populacional (Hab/Km2)	69	65
TECIDO ECONÓMICO	Dinâmica do emprego industrial relativamente à dinâmica do emprego industrial do Continente (%)	124	37
	Dinâmica do emprego terciário relativamente à dinâmica do emprego terciário do Continente (%)	7	15
	Dinâmica do emprego construção civil relativamente à dinâmica do emprego construção civil do Continente (%)	33	45
	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros	0	205
QUALIDADE DE VIDA	Postos telefónicos principais por 1000 habitantes	250	7
	Nº de caixas multibanco por 1000 habitantes	1	1
	Montantes de levantamento por 1000 habitantes (€)	14 437	26 900
	Consumo Doméstico de Eletricidade por 1000 habitantes (KWh)	230 935	1 043 800
	Indicador do Poder de Compra per Capita	39	70
	Factor de Dinamismo Relativo do Poder de Compra	-0,27	-0,25
SAÚDE	Médicos (Hospital e Centro de Saúde) por 1000 habitantes	0,6	1,2
	Camas Hospitalares por 1000 habitantes	1	
	Especialistas por 1000 habitantes	0,2	1,5
	Taxa de Mortalidade Infantil (%0)	7,2	0,0
	Nº de Farmácias por 1000 habitantes	0,3	0,3
	Nº de Habitantes por extensão do Centro de Saúde	5 970	4 461
CULTURA	Habitantes por lugar em salas de espetáculo (cinemas e cine-teatros)	0	105
	Nº de espectadores por 1000 habitantes	0	2 265
	Despesas da autarquia em atividades socio-culturais por 1000 habitantes*	4 950	45 175
HABITAÇÃO	Total de Edifícios	7 568	9 967
	Total de Alojamentos Familiares Clássicos	6 145	10 940
	% de Alojamentos Vagos	13	9
	Regime de ocupação de Alojamentos - % de proprietários	78	81
	Regime de ocupação de Alojamentos - % de arrendamento	22	19
	Água Canalizada no interior do Alojamento (%)	74	99
	Instalações sanitárias no interior do Alojamento (%)	55	98
	Instalações fixas de Banho no interior do Alojamento (%)	67	96
	Eletricidade no interior do Alojamento (%)	98	
	Cozinha no interior do Alojamento (%)	98	
	Média de pessoas por Alojamento Clássico	4	3
	Percentagem de Alojamentos Insalubres (Barracas,…)	0	0
AMBIENTE	% População Residente servida por Abastecimento Domiciliário de Água	19	52
	% População Residente servida por Drenagem de Esgotos	14	62
	% População Residente servida por Recolha de Resíduos Sólidos	50	80
	Superfície Total de Áreas Verdes Urbanas por Área Urbana Total (%)	6	
	Superfície de Terrenos Utilizados para fins de Saneamento Básico por Área Total (%)	0	
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo	15	7
	Nº de agentes de ensino por 1000 habitantes	0	
EMPREGO	Taxa de desemprego	4	3,3
	População Residente por Nível de Escolaridade (%):		
	Nível 1 (Pós-secundário + Superior)	2	7
	Nível 2 (Secundário)	5	9
	Nível 3 (1º, 2º e 3º ciclo)	39	63
	Nível 4 e 5 (Nenhum+ N Qualif+ Ignorado)	55	21
	População Residente Empregada por Setores de Atividade :		
	% Setor Primário	26	7
	% Setor Secundário	46	46
	% Setor Terciário	28	48
INVESTIMENTO E IMPOSTOS DIRETOS	Impostos Diretos por habitante	45	120
	Transferências de Capital através dos Fundos Comunitários e Compart. da Administração Central, por habitante**	53	697
	Transferências de Capital FEF, por habitante**	143	993
	Investimentos Totais, por habitante**	243	1 690

**Foram considerados apenas valores de operações aprovadas pelo PO Norte exclusivas do concelho de Arouca; os valores poderão não ser diretamente comparáveis.
Sede de concelho (Vila) = freguesias de Arouca e Burgo.

2.2. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DAS LINHAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO DO PEDCA 1995

Neste ponto faz-se uma leitura muito sintética do grau de concretização de cada uma das linhas de estratégia definidas no PEDCA 1995. Os itens sublinhados correspondem às linhas prioritárias definidas no plano.

a) Reforçar a qualidade urbana e a centralidade da Vila-sede, promovendo a sua imagem exterior em torno da relevância do seu património histórico e ambiental.

- Melhorar o acesso ao exterior e a integração direta da Vila nos eixos nacionais.

O troço mais interior da Via Estruturante (variante à EN326), entre a vila de Arouca e as proximidades de Mansores já foi construído, mas falta concretizar a ligação à A32 e a SJ Madeira e SM Feira. O troço entre Escariz e a A32 está em processo de adjudicação, aguardando Visto do Tribunal de Contas.

- Criar condições infraestruturais e de apoio à atividade turística no espaço serrano.

Há diversos projetos públicos concretizados, especialmente facilitadores da visitação (sinalização, campismo, Passadiços do Paiva, materiais de divulgação) ou de iniciativa privada (restauração, viagens, alojamento). No entanto, este é um domínio de grande dinâmica e com muito potencial de concretização.

- Qualificar e animar os espaços públicos.

Esta linha de intervenção foi amplamente concretizada, através da organização de eventos regulares (mas apenas na vila de Arouca) e dos sucessivos projetos de regeneração e requalificação urbana, não só no centro histórico como noutros espaços urbanos (Arouca, Escariz, Fermedo, Alvarenga).

- Promover a reabilitação física e funcional do Centro Histórico.

A requalificação física e urbanística foi uma das grandes apostas da política local nos últimos anos. O processo está em curso, através de intervenção pública e estímulos à reabilitação urbana, no sentido de dotar a área de maior qualidade urbana e de a dinamizar funcionalmente.

- Afirmar a identidade cultural arouquense.

A estratégia de valorização do património ecológico, rural e histórico, que concentrou grande parte dos esforços municipais, permitiu uma trajetória de afirmação da identidade cultural. Naturalmente, este será um processo em permanente dinâmica, nunca encerrado.

- Criar condições infraestruturais e de apoio à atividade empresarial.

A parceria municipal com as associações de natureza empresarial, a infraestruturação e promoção de espaços de acolhimento e a criação de um Centro de Negócios em Escariz são algumas das ações que concretizaram esta linha estratégica, tendo existido reais progressos nesta matéria.

- Promover a dinamização do setor comercial e dos serviços de apoio à população.

De uma forma indireta ou direta, com intervenção municipal ou associativa, registam-se algumas iniciativas – requalificação urbana, promoção, eventos, PROCOM/URBCOM – que contribuíram para a dinamização do setor comercial, a par da nova dinâmica que o afluxo de visitantes trouxe ao território. No que respeita aos serviços de apoio à população, verificaram-se também alguns avanços – a dotação e disponibilidade de serviços de proximidade é mais robusta do que na década de 1990 -, mas as tendências demográficas (decréscimo de densidade e duplo envelhecimento – mais idosos e menos crianças) ameaçam a sustentabilidade dos sistemas criados.

- Definir espaços planeados de expansão do aglomerado urbano.

O Plano Diretor Municipal (2009), o Plano de Urbanização de Arouca (2007) e o Plano de Urbanização do Eixo Urbano Escariz-Fermedo (2013) concretizaram plenamente esta linha estratégica.

b) Afirmar o papel da Escola como espaço de ensino e valorização pessoal.

- <u>Reordenar a rede escolar</u>

A Carta Educativa do município de Arouca foi aprovada em 2006, concretizando esta linha estratégica.

- <u>Qualificar o serviço prestado pelos transportes escolares.</u>

Os serviços de educação do município elaboram um Plano Anual de Transportes Escolares, de acordo com as orientações da Carta Educativa. As principais dificuldades na definição deste plano prendem-se essencialmente com a rede de transportes públicos regulares, que não abrangem um conjunto alargado de lugares, implicando a criação de circuitos especiais. A concentração dos alunos num número mais reduzido de estabelecimentos escolares veio acrescer esta necessidade. A rede de transporte escolar assegura também o transporte dos alunos com necessidades educativas especiais, quer para as Unidades de Apoio Especial quer para os estabelecimentos de ensino.

Deve destacar-se o esforço financeiro que este serviço implica para o orçamento municipal.

- <u>Promover uma nova imagem da Escola.</u>

Os projetos educativos desenvolvidos nos últimos anos, incluindo os que resultam da carta educativa, traduziram-se na melhoria dos indicadores de escolaridade e desempenho das escolas, o que é um indicador da melhoria da imagem da Escola. Por exemplo, e de acordo com diversas fontes (INE, Município de Arouca e Atlas da Educação – Contextos Sociais e Locais de Sucesso e Insucesso (edição de 2017; CICS.NOVA-EPIS), a taxa de abandono escolar em Arouca tem vindo a diminuir de forma acentuada (1991: 25,6%, uma das piores a nível nacional; 2001: 3,3%, acima da média nacional; 2011: 0,8%, o 24.º melhor resultado a nível nacional).

c) Qualificar e valorizar os espaços naturais.

- Afirmar a qualidade de vida e o valor do património natural de Arouca como um dos principais vetores de desenvolvimento.

Esta foi uma aposta central da atividade municipal – e, de uma forma geral, pode considerar-se que foi uma aposta ganha. A qualidade de vida e o património natural são, atualmente, âncoras do processo de desenvolvimento.

- Criar infraestruturas integradas e adequadas ambientalmente aos contextos geográficos da Serra da Freita, dos vales do Paiva, Paivó, etc.

Algumas destas infraestruturas foram efetivamente criadas (ex. Passadiços do Paiva, Centro de Interpretação Geológica de Canelas – projeto privado -, Radar Meteorológico de Arouca – visitável -, praias fluviais, marcação de percursos pedestres, Centro de Interpretação das Pedras Parideiras, etc.), outras estão ainda por concretizar, mas verificou-se um claro progresso nesta matéria. O Arouca *GeoPark* e as Montanhas Mágicas são elementos favorecedores desta dinâmica.

- Afirmar este património natural no espaço regional e nacional.

Pode considerar-se esta aposta concretizada de forma muito satisfatória, até no plano internacional. As distinções da UNESCO (*GeoPark*) e da EUROPARC (Turismo Sustentável – Montanhas Mágicas), bem como a grande quantidade de referências na imprensa generalista ou especializada, são um testemunho sólido desta afirmação.

d) Promover o desenvolvimento do turismo numa filosofia de autossustentabilidade.

- Qualificar e divulgar uma oferta turística diversificada.

Neste quadro pode considerar-se que há ainda muita margem de progresso – embora o setor do turismo esteja, indiscutivelmente, consolidado e com grande dinamismo, está ainda muito centrado no eixo natureza-património. A oferta de hotelaria e restauração (incluindo a sua disseminação territorial) ou a exploração de novos produtos no âmbito do turismo cultural ou científico poderão permitir uma maior diversidade e equilíbrio da procura ao longo do ano.

- Diversificar a oferta cultural de acordo com as exigências de um público com novos padrões de consumo cultural.

Pese embora a existência de uma agenda de eventos regulares, esta é uma linha de intervenção que justifica uma aposta mais estruturada, atendendo a públicos locais e visitantes. A retoma do processo de investimento, por parte do ministério da Cultura, no Mosteiro poderá ser uma oportunidade para esse reforço, tendo em conta a oportunidade de escala que a integração metropolitana trouxe.

- Afirmar e consolidar as dinâmicas das instituições culturais mais significativas.

O município mantém uma política de apoio às instituições culturais disseminadas pelo território, para além de projetos em parceria e das próprias iniciativas (Biblioteca, Museu Municipal). Esta linha de intervenção, necessariamente relacionada com as anteriores, justifica uma reflexão e relançamento.

- Valorizar a diversidade de identidades culturais.

Atendendo à atividade do grande número de instituições locais, em domínios que promovem valores etnográficos, artísticos, ecológicos ou científicos, bem como a emergência de iniciativas no âmbito da valorização dos recursos do território rural e a consolidação de alguns símbolos da identidade local (gastronomia, património histórico, património geológico), pode considerar-se que esta linha de intervenção tem sido implementada de uma forma bem consistente.

- Desenvolver as atividades de lazer, recreio e desporto em torno dos recursos naturais existentes.

Embora se possa considerar que há lugar à exploração de recursos naturais em áreas do território ainda não exploradas, ou que possam intensificar-se as atuais, esta é, claramente, uma das áreas de atividade mais dinâmicas, assentando na convergência de iniciativas públicas (ADRIMAG, AGA) e privadas (proprietários, empresas de animação e turismo).

- Valorizar e divulgar o espaço serrano como principal oferta com visibilidade no exterior.

Esta linha de intervenção deve ser repensada, pois parece ser mais interessante uma aposta que valorize a complementaridade e a diversidade de setores territoriais (espaços urbanos patrimonialmente ricos e amenos num entorno rural-montanhoso) e de recursos-produtos (gastronomia, programas culturais e artísticos).

e) Promover o aumento do rendimento gerado pelas produções agroflorestais e pecuárias tradicionais e a sua valorização enquanto recurso estratégico.

- Incrementar a produtividade nos produtos tradicionais mais relevantes e com condições de valorização.
- Organizar canais de distribuição de produtos tradicionais.
- Valorizar o artesanato, a doçaria, a produção florestal, etc.
- Promover a existência de uma estrutura territorial coerente e articulada.
- Resolver alguns dos principais estrangulamentos sociais.
- Criar condições que motivem a iniciativa interna e externa com vista à rentabilização dos recursos naturais e culturais existentes.
- Criar uma nova atmosfera de iniciativa e desenvolvimento local.

Embora haja diversos exemplos de iniciativas públicas (como o projeto Arouca Agrícola, a Feira das Colheitas e as Feiras Francas dos produtos agrícolas de Arouca, nos 1.º e 3.º domingo de cada mês) ou privadas de valorização económica de produtos tradicionais, esta área de aposta não pode considerar-se ganha. Pode dizer-se que há, hoje, mais condições (organizativas, de conhecimento, de apoios públicos ao empreendedorismo), mas que o aumento de rendimento gerado por estas atividades ainda não se concretizou inequivocamente, em parte devido à manutenção de algumas situações adversas (abandono rural, perda de saberes-fazer, debilidade do tecido empresarial.

f) Criar condições de atratividade de investimento endógeno e exógeno promotor de um aumento da oferta de emprego qualificado a nível local.

- Elaborar uma política de ordenamento industrial.

Linha de intervenção com um significativo grau de execução, tendo merecido um grande investimento municipal. De uma forma geral, pode considerar-se, pela quantidade e pelas características das empresas instaladas (novas ou relocalizadas), que a estratégia teve sucesso.

- Promover a valorização dos recursos humanos (educação e formação profissional).

Para além dos progressos em matéria de educação (oferta e desempenho), a formação profissional tem estado no centro de algumas políticas locais e regionais, com a participação de vários agentes. A nível metropolitano assinala-se a adoção de um sistema de identificação de necessidades de qualificações, com indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação, que irá permitir orientações claras para a definição da rede de ofertas formativas, incluindo Arouca.

- Promover Arouca como um espaço de expansão industrial do EDV.

A partir de uma boa dotação infraestrutural e de um cuidadoso ordenamento das atividades industriais, bem como da promoção das vantagens locativas em Arouca desenvolvida pelo município e tecido associativo empresarial, pode já considerar-se que esta aposta está plenamente atingida – e, ainda, com grande margem de progresso.

g) Ativar solidariedades sociais e culturais.

- Promover e divulgar as atividades das diversas associações locais.

A Rede Social de Arouca e a atividade do Conselho Local de Ação Social, instituídos em 2005, corporizam esta linha estratégica.

- Desenvolver mecanismos de integração dos grupos sociais mais vulneráveis, criando um serviço de apoio domiciliário a idosos, desenvolvendo atividades de colocação de jovens no mercado de trabalho e promovendo a atividade das instituições de solidariedade social.

A Rede Social integra diversos recursos para alguns grupos sociais vulneráveis ou com necessidades específicas, em regra com estruturas físicas na sede de concelho e em Alvarenga, Burgo, Mansores, Canelas, Chave, Escariz, Fermedo e São Miguel do Mato (lares de idosos, com serviço domiciliário; centros de dia; creches e jardins de infância). Assinala-se ainda a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a Associação para a Integração de Crianças Inadaptadas de Arouca. No entanto, o Diagnóstico Social (2014) continua a assinalar necessidades em muitos domínios.

- Criar um serviço de estafeta para transporte de pessoas e prestação de outros serviços entre a Vila-sede e as freguesias serranas.

Trata-se de uma proposta muito específica, cuja implementação, nos termos em que é formulada, não foi realizada. Continuam a registar-se situações de exclusão territorial nas freguesias da área serrana.

h) Incrementar a participação e cooperação entre cidadãos e instituições.

- Criar o Gabinete do Concelho para a implementação do plano estratégico, de modo a aumentar a participação da população na sua implementação.

Embora o Gabinete do Concelho não tenha sido formalmente criado, há outros tipos de iniciativa que se dirigem a este objetivo de incrementar a participação e cooperação.

- Criar mecanismos para melhorar a informação das ações da autarquia e outras instituições.

A utilização de tecnologias de informação e comunicação tem permitido uma divulgação mais dinâmica de informação relevante, incluindo o lançamento de agendas, a divulgação de projetos e eventos e a realização de consultas públicas. Assinala-se, ainda, a existência de órgãos de comunicação social sediados em Arouca, que são veículo privilegiado para esta informação.

- Promover novas formas e espaços de concertação.

Pode dizer-se também que esta linha estratégica está em plena concretização. Após a entrada em vigor do PEDCA1995 foram criadas a Associação Geoparque Arouca, o Conselho Local de Ação Social e o Conselho Municipal de Educação. A cooperação entre a Câmara Municipal e as entidades de natureza associativa empresarial (AECA, AFEDV, AACA e CAA) intensificou-se. A participação na ADRIMAG ganhou novo protagonismo, a partir da definição de EEC-PROVERE.

2.3. ELEMENTOS DE SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

Em complemento à leitura que apresentámos nas secções anteriores, e que corresponde à opção metodológica de construir as bases para a Estratégia Arouca 2030 numa lógica de continuidade com o PEDCA 1995, foi realizado um trabalho complementar de síntese dos principais marcos do planeamento municipal nos últimos anos, de alguma informação estatística e de animação de um processo participativo que se tentou o mais alargado possível.

O capítulo seguinte apresenta alguns desses elementos, complementados por alguma informação estatística e sobre o processo de validação do diagnóstico e bases estratégicas que se disponibilizam no **anexo** a este relatório.

Numa síntese muito geral, emergem, neste diagnóstico, os seguintes elementos marcantes:

Principais oportunidades	Principais ameaças
- Tendência de terciarização da população de Arouca como fator potenciador de uma maior concentração populacional nos principais aglomerados e de viabilidade uma rede de transportes públicos estruturada; - Proximidade da concentração populacional metropolitana e urbana, a qual apresenta apetência crescente pelo consumo de valores naturais e patrimoniais, por atividades turísticas e por procura de 2.ª habitação; - Políticas públicas de apoio à regeneração urbana e habitação e inversão do ciclo económico criam contexto favorável ao investimento e geração de efeitos de alavancagem, especialmente se tivermos em conta que o edificado com mais de 40 anos é muito representativo (40%);	- Perda de população (-8% na última década) e estrutura etária envelhecida (18% com + 65 anos) são manifestações de uma dinâmica negativa, com implicações na viabilidade de aglomerados de pequena dimensão e sustentabilidade dos territórios rurais; - A reestruturação do tecido económico na agricultura e na indústria que pode acentuar riscos de desemprego, levando a situações de exclusão e pobreza; -Custos crescentes na sustentabilidade de redes de infraestruturas e serviços públicos em território com forte dispersão populacional e baixa densidade; - Riscos naturais (incêndios florestais, erosão) ou humanos (pressão turística) suscetíveis de degradar valores ambientais e paisagísticos
Principais pontos fortes	**Principais pontos fracos**
- Grande diversidade territorial, associada às dinâmicas industriais na zona poente do município, à qualidade urbana e patrimonial da Vila e aos recursos endógenos e valores naturais e paisagísticos em presença nas zonas nascente e sul do município; -Dinâmica de reabilitação instalada na Vila de Arouca (publica e privada); - Valores e recursos de elevada qualidade ambiental e natural (recursos – rios/serras/GeoPark); -Centralidade da Vila de Arouca (posição geográfica no concelho e nível funcional instalado); -Existência de redes locais de solidariedade, de familiaridade e de vizinhança (atores de suporte e de apoio social) possibilitadoras de enraizamento social, económico e comunitário.	- Falta de conectividade no sistema territorial – vias de comunicação com inexistência de serviços de transporte na Vila (intraurbanos) e nas ligações aos aglomerados de baixa densidade e com uma incipiente rede de vias adaptadas aos modos suaves; - Mobilidade excessivamente assente no automóvel, que se traduz territorialmente em problemas ambientais (poluição e ruído) e de segurança rodoviária. -Dispersão urbanística no espaço rural concelhio, com desqualificação pontual da paisagem; - Situação periférica no território metropolitano, agravada pelo défice ao nível do sistema de acessibilidades e transportes para o exterior; - Demografia penalizadora – envelhecida, em regressão, com baixas qualificações.

3. DINÂMICAS CENTRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

O processo participativo de trabalho realizado no âmbito deste plano (que incluiu a auscultação, individual ou em dinâmica de grupo, dos responsáveis políticos do atual Executivo e da oposição, das Juntas de Freguesia, de responsáveis técnicos municipais, de entidades associativas aos mais variados níveis e de algumas empresas e individualidades) permitiu ir identificando algumas questões que são muito relevantes quando se perspetiva o futuro, das quais destacamos:

- o reposicionamento geoestratégico no espaço metropolitano e regional;
- a crise do setor florestal, tanto do ponto da gestão dos riscos como da sua valorização ecológica e produtiva;
- a transformação da base económica-empresarial, em que dinâmicas e iniciativas novas/inovadoras se cruzam com práticas tradicionais ou com modelos de negócios já desajustados, em diversos setores;
- as dificuldades em superar o desafio demográfico (isolamento, envelhecimento e despovoamento);
- a emergência do turismo como setor que determinou a imagem externa e muita da dinâmica urbana e de vida do Município, apoiado nos valores da cultura, do património e da natureza;
- o défice infraestrutural (mais evidente no caso dos serviços ambientais e de mobilidade-acessibilidade);
- as fraturas territoriais, com descolagem de algumas áreas mais dinâmicas face a outras, de localização remota e isoladas.

Estes elementos, de uma forma ou outra, serão incorporados na estratégia – como obstáculos a superar, como objetivos, como caminhos a seguir, como elementos dinamizadores, como ativos a valorizar. Há, no entanto, quatro eixos de reflexão que emergem como charneira entre diagnóstico e estratégia, que correspondem a algumas linhas de política que têm vindo a consolidar-se, consistentemente, nos últimos anos: o ordenamento territorial, as dinâmicas empresariais no sistema regional, a valorização e qualificação do contexto natural e a regeneração urbana e do património histórico. As próximas secções tratam destas questões.

3.1. O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM AROUCA

Este capítulo apresenta as principais conclusões do Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2013-2017 (maio de 2018), que contém também as principais orientações para a revisão do PDM. Estas orientações, como veremos numa secção posterior deste relatório, resultam da articulação entre as dinâmicas territoriais e a estratégia de desenvolvimento adotada, que tem claras implicações territoriais.

3.1.1. Incidências territoriais estruturantes

- Continua a verificar-se globalmente uma preservação consistente dos valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais do concelho, pese embora a ocorrência de fenómenos de degradação paisagística (dominância crescente do eucalipto, maior frequência e gravidade dos incêndios florestais)

- Como dinâmica global, ressalta a tendência de diminuição do quantitativo de residentes em consonância com o envelhecimento da pirâmide etária, devendo dar-se especial atenção ao facto de tal tendência ser em Arouca mais acentuada do que nos territórios mais vastos em que o concelho se insere: Entre Douro e Vouga (EDV), Área Metropolitana do Porto (AMP) e Região do Norte (RN). Em sentido positivo, verifica-se, porém, uma taxa bruta de natalidade superior à do EDV, e em crescimento desde 2014.
- Esta tendência global manifesta-se num contexto de manutenção e mesmo reforço do fenómeno de recomposição interna do povoamento (distribuição espacial dos residentes), que a crescente divergência de valores da densidade populacional entre as várias freguesias bem ilustra, e a que corresponde também um envelhecimento etário mais rápido nas áreas que verificam perdas de população mais intensas.
- O parque habitacional, traduzido em número de alojamentos, continua em crescendo, com taxas de evolução de valores bastante diversificados, mas positivos em todas as freguesias do concelho, mesmo as que evidenciam maiores perdas de população e, principalmente, muito superiores (em boa parte das freguesias) às taxas de crescimento do número de famílias.
- O número de desempregados no concelho tem vindo diminuir, de forma sustentada ainda que não muito acelerada, desde finais de 2015, sendo de notar que, em 2011, a taxa de desemprego verificada no concelho é a mais baixa de todo o EDV.
- Quanto ao ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem, tem-se mantido a situação desfavorável do concelho comparativamente com o EDV, ainda que se assinale como positivo o facto do referido valor médio estar a registar uma evolução favorável (acréscimos de rendimento).
- Em matéria de saneamento básico, pesem embora os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos, são de salientar as carências que ainda se manifestam, traduzidas nos valores das taxas de atendimento (percentagem de população servida).
- Nos domínios dos cuidados de saúde e do ensino e educação, as estruturas das redes de equipamentos encontram-se estabilizadas, tendo-se observado no período mais recente uma paulatina melhoria dos rácios de desempenho (número de médicos e de número de enfermeiros por 1000 habitantes; evolução positiva das taxas de escolarização), ainda que a situação se mantenha desfavorável por comparação com o EDV e outras áreas envolventes mais vastas.
- No campo dos apoios sociais, houve relevantes progressos quer quanto ao aumento do número de instituições prestadoras destes serviços, quer quanto ao número de instalações em funcionamento, quer ainda, embora em menor grau, quanto às valências disponibilizadas.
- Em termos de acessibilidades e transportes, persistem situações importantes de encravamento da acessibilidade externa, com especial relevo para a não conclusão de uma ligação viária rápida, cómoda e segura às grandes vias do litoral, o que certamente também contribui para as fragilidades que se verificam nos transportes públicos rodoviários das ligações externas de Arouca, em especial ao núcleo central da Área Metropolitana do Porto (foi lançado, no final de 2018, o concurso para construção do troço da Via Estruturante de

Arouca que liga Escariz/Parque de Negócios à A 32, prevendo-se a sua conclusão para o ano de 2020).

- A evolução da estrutura do emprego apresenta como tendências globais a continuação da diminuição do peso relativo do emprego no setor primário, a estabilização (com alguma tendência para redução) do peso do secundário e o aumento da importância, em termos percentuais, do emprego no setor terciário. Continuam também a verificar-se flagrantes diferenças nesta distribuição setorial entre as freguesias que constituem o concelho.
- Na estrutura empresarial, verifica-se uma expansão significativa do número de empresas a partir de 2013, centrada dominantemente no subgrupo das microempresas (menos de 10 trabalhadores), cujo quantitativo cresce na ordem dos 23%, em contraponto com uma taxa da ordem dos 8% para o escalão de 10-50 e com a manutenção do número de empresas com mais 50 trabalhadores.
- Quanto às dinâmicas setoriais, releva: (i) na agricultura, um aumento moderado da área média de exploração; (ii) no turismo, um incremento muito expressivo da procura, refletido do aumento do número de instalações e da capacidade de alojamento (com especial relevo para o subsetor do alojamento local); (iii) na indústria, uma dinâmica clara, nos anos mais recentes, de surgimento de novas unidades industriais, com uma interessante e crescente procura das áreas de acolhimento empresarial para a sua instalação.
- Neste domínio, o elemento marcante é obviamente o dos incêndios florestais, pelo aumento da frequência das ocorrências e, principalmente, da extensão das áreas ardidas (tendência que a crescente instabilidade climática vem favorecer), sendo, porém, de realçar o aumento significativo dos pedidos de notificação para a realização de ações de limpeza de vegetação (gestão de combustível).

3.1.2. Tendências de evolução

As tendências de evolução acima delineadas podem agrupar-se em quatro temáticas básicas, as quais se estabelecem em articulação com as conclusões da avaliação da concretização do Plano Estratégico de 1995 e dos seus resultados, privilegiando-se aqui as componentes cujas incidências ou efeitos territoriais são mais marcantes.

A. <u>As pessoas e suas condições de vida</u>

Neste domínio, os vetores de evolução com maior incidência na estruturação do território e consequentes opções para o seu ordenamento são:

- Demografia em perda, com continuada diminuição da população residente e sinais claros de envelhecimento da estrutura etária, fenómeno com incidência acrescida nas áreas mais rurais e de montanha, acentuando a recomposição da distribuição espacial dos residentes (concentração nas áreas do concelho que revelam maior dinamismo)
- Ganhos continuados de qualidade de vida, do ponto de vista da disponibilidade e acesso a serviços básicos e de natureza sociocultural
- Crescimento dos níveis de qualificação (níveis de instrução) dos residentes, gerando por um lado um potencial de disponibilidade de "mão-de-obra" para empregos mais qualificados e,

por outro, acréscimos de exigência de qualidade e diversificação das infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos que definem a qualidade de vida quotidiana.

B. A base económica

Neste campo, relevam especialmente:

- Num contexto de perda global da importância relativa do setor da agricultura, floresta e pecuária, as muito positivas tendências emergentes que se traduzem numa maior projeção da imagem de qualidade de alguns produtos locais, pela introdução de novas culturas de produtos agrícolas e pela chegada de novos investidores
- A crescente integração da economia do concelho nas dinâmicas de empreendedorismo e investimento do Entre Douro e Vouga, ilustrada pelo grau de ocupação dos espaços de acolhimento empresarial e pela presença de novas unidades empresariais em setores mais diversificados e exportadores
- Um efetivo e progressivo aproveitamento económico do potencial turístico, muito assente na afirmação da visitação-usufruto da qualidade ambiental, paisagística e patrimonial como um motor da economia local e na elevação dos níveis de profissionalização dos agentes empresariais do setor
- A manutenção da tendência de terciarização do emprego.

C. A conetividade externa

- É aqui especialmente importante a subsistência de lacunas significativas nas condições de acessibilidade rodoviária às grandes vias do litoral e aos restantes territórios envolventes, o que por sua vez é elemento fortemente inibidor da existência de transportes públicos rodoviários atrativos

D. Os recursos endógenos

Nesta temática, destacam-se:

- A preservação global dos valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais, com manutenção dos níveis de qualificação do ambiente rural e urbano característicos do Concelho, com a presença de dinâmicas e atuações positivas (qualificação dos espaços urbanos, contenção da dispersão do edificado e, em particular, da dispersão industrial), mas também da ameaça de fenómenos de degradação paisagística (dominância crescente do eucalipto, maior frequência e gravidade dos incêndios florestais)
- A dinâmica de crescimento e diversificação das formas de criação de valor assentes no aproveitamento de recursos endógenos (património natural e cultural, material e imaterial), muito por via do crescimento do número de visitantes-turistas sensíveis à promoção de uma cultura de conservação e valorização.

3.2. O SISTEMA PRODUTIVO DO ENTRE DOURO E VOUGA

Na vasta literatura que já existe em Portugal sobre sistemas produtivos locais, é notória a referência sistemática à cultura de empreendimento empresarial que existe no território de EDV, aliás alargado a outros territórios do Centro de Portugal como, por exemplo, a região de Aveiro. Desde a conclusão, por uma equipa da Universidade de Aveiro, do estudo *Caracterização*

e Diagnóstico do Tecido Produtivo e das Zonas Industriais de Arouca (2010), até aos nossos dias, confirma-se a tendência para que, por razões de disseminação espacial para territórios contíguos, o concelho de Arouca partilhe hoje dessa atmosfera de empreendimento e de inovação que o EDV transmite.

O fenómeno é mais marcadamente visível na zona de acolhimento empresarial da Farrapa, mais próxima de Vale de Cambra, mas é também observável nas outras áreas, como no emergente Parque de Negócios de Escariz. Na nossa perspetiva, a concretização dos esforços que o município tem desenvolvido para garantir uma mais eficaz ligação à A32 tenderá a reforçar essa dinâmica de atração e a intensificar a procura pelas áreas de acolhimento menos ocupadas.

Recorda-se que Arouca dispõe das seguintes áreas de acolhimento empresarial (ver elementos de caracterização em https://www.cm-arouca.pt/investir/zonas-industriais/):

- Parque de Negócios de Escariz.
- Zona Industrial das Lameiradas.
- Zona Industrial da Mata.
- Zona Industrial de S. Domingos e Mata.
- Zona Industrial de Alvarenga.
- Zona Industrial da Farrapa.

O Parque de Negócios de Escariz acolhe o *CI3 - Centro de Incubação e Inovação Industrial*, promovido por uma parceria entre o Município, a AECA – Associação Empresarial de Cambra e Arouca, a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários e a UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto[1].

O sistema produtivo do EDV, que integra perfis de especialização setorial tão diversos como o calçado, a indústria dos moldes, a metalomecânica e as máquinas e ferramentas, a cerâmica, as fileiras da madeira e da floresta e os plásticos, é, qualitativa e quantitativamente, decisivo para o êxito na implementação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Norte de Portugal. É muito forte a representatividade de alguns setores bem alinhados com os domínios temáticos de aposta regional: a *cultura, criação e moda*, sobretudo através da forte presença da indústria do couro e seus derivados (onde pontifica o setor do calçado); o *capital humano e serviços especializados*, através do grande potencial de mercado para os serviços especializados às empresas; os *sistemas avançados de produção*, derivando da forte presença de empresas fortemente inovadoras nos diversos setores da indústria transformadora que domina a estrutura produtiva local. Os *sistemas de mobilidade e ambiente* e o *agroalimentar e alimentação* completam o quadro, com um nível de conformidade menos acentuado com as prioridades da RIS3 Norte, mas ainda assim com uma representatividade superior à média regional.

Constata-se, neste sistema produtivo, um desequilíbrio de fatores de competitividade e atração entre a sub-região mais ocidental (de uma forma geral correspondente aos municípios de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e S. J. Madeira[2]) e Arouca. No primeiro caso, a dotação em infraestruturas e equipamentos de apoio à atividade produtiva e a integração fluida num espaço

[1] O CI3 está a funcionar, de forma provisória, em instalações da Junta de Freguesia de Escariz, enquanto as instalações próprias não estão concluídas. Atualmente tem 4 empresas instaladas.
[2] Vale de Cambra ocupa uma posição intermédia, com alguns sinais de interioridade, similares a Arouca, mas com uma maior densidade empresarial e algumas empresas de dimensão significativa.

regional muito dinâmico (o Litoral Norte e Centro, especialmente a faixa territorial entre o Porto e Aveiro) tem conduzido a alguma congestão na procura e ocupação de espaços de acolhimento empresarial de qualidade. Em Arouca, a procura de solo para instalação de empresas, apesar de responder positivamente ao estímulo dos sistemas de incentivos e das políticas de atração desenvolvidas pelos municípios, é contrariada pelo défice infraestrutural, designadamente numa matéria de grande importância para o tecido industrial fortemente exportador desta região: as acessibilidades.

Arouca tem, neste domínio, algumas particularidades. Embora seja, de cada vez, mais nítida a chegada de novos investimentos, mais alinhados com a dinâmica industrial regional, permanecem como relativamente mais representativos na sua base produtiva alguns setores de atividade cuja especificidade implica uma lógica distinta, em que as unidades de transformação e logística devem estar localizadas em função da distribuição territorial dos recursos explorados, sobrepondo-se esse a outros fatores locativos. É o caso de muitas atividades relacionadas com as indústrias extrativas e, especialmente, com a fileira florestal – que integra atividades como a silvicultura e exploração florestal, as indústrias transformadoras da madeira e cortiça, a fabricação de mobiliário e a fabricação de pasta, papel e cartão. As economias de custos das empresas que se dedicam a estas atividades, pela sua natural dispersão territorial e necessidade intensiva de utilização do transporte rodoviário pesado, dependem muito da qualidade da rede viária.

As exportações dos produtos ligados a esta fileira representam mais de 25% do total de bens exportados do EDV (e significativamente mais em Arouca), tendo apresentado, nos últimos anos uma evolução positiva.

A perspetiva do município de Arouca, no quadro da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, tem sido a de intensificar a dupla integração das dinâmicas empresariais neste território (a valorização dos setores mais relevantes para os territórios mais interiores e a difusão das dinâmicas empreendedoras mais alinhadas com a intensificação tecnológica e sofisticação de serviços), através de projetos que visam os seguintes objetivos:

4. Diminuir os custos de contexto e criar externalidades positivas favoráveis à competitividade empresarial no Entre Douro e Vouga, contribuindo para melhorar o desempenho das unidades produtivas e diminuir os impactes da sua atividade no território e ambiente.
5. Estimular o investimento privado na modernização e internacionalização das empresas da região e atraindo novas iniciativas empresariais, reforçando o alinhamento e o contributo da região do EDV para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente.
6. Otimizar a utilidade de investimentos públicos em grandes infraestruturas realizados em anos recentes (autoestrada A32, áreas empresariais em Arouca e Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais das Terras de Santa Maria).
7. Contribuir para a coesão territorial e diminuir as disparidades regionais entre áreas dinâmicas e densamente ocupadas e áreas de baixa densidade.

3.3. AROUCA GEOPARK, RURALIDADE E SUSTENTABILIDADE

Todo o território do município de Arouca está classificado como **Geoparque Mundial da UNESCO**, integrando 41 sítios de interesse geológico (geossítios). O **Arouca GeoPark** é um projeto gerido pela *Associação Geoparque Arouca*, que agrega 45 entidades públicas, associativas e privadas (http://aroucageopark.pt/pt/). Quase metade do território está

classificado pela **Rede Natura 2000**. E Arouca integra a marca e destino turístico **Montanhas Mágicas** (http://montanhasmagicas.pt/pt/), promovido pela *ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira* (que agrega dezenas de entidades da região), que é acreditado com a Carta Europeia de Turismo Sustentável pela Federação EUROPARC – Federação de Parques Naturais e Nacionais da Europa.

Estes são os principais elementos demonstradores da importância de uma dimensão fortemente ecológica no modelo de desenvolvimento de Arouca, que o PEDCA de 1995 já destacava e que, hoje em dia, ocupam um lugar ainda mais central e destacado. Seja pelo valor intrínseco do território – biodiversidade, valores naturais de interesse excecional, sistemas produtivos e culturais tradicionais -, seja pela proatividade na sua proteção e valorização – que se manifesta pela capacidade organizativa, profissionalizada e amplamente participada, na sua gestão -, este deve ser um aspeto incontornável na definição da estratégia de desenvolvimento para as próximas décadas.

Importa destacar esta dimensão mais ativa, que permitiu que o recurso de base fosse crescentemente valorizado e qualificado enquanto projetava uma imagem única e muito positiva de Arouca, atraía investimentos e empreendedores e criava empregos, incluindo nas áreas interiores de mais baixa densidade. É, a vários níveis, um exemplo de um processo de desenvolvimento sustentável.

Para além das dimensões mais imediatas (conservação da natureza e turismo), devem reter-se três aspetos que, se forem devidamente trabalhados, induzem efeitos acrescidos ao processo:

- A criação de uma marca territorial fortemente valorizada, suscetível de beneficiar todo o ecossistema empresarial da região, mesmo o que está mais alinhado com as dinâmicas do sistema produtivo local-regional do EDV, que referimos na secção anterior. Esta marca territorial tem um forte potencial diferenciador, podendo constituir uma mais-valia real para as empresas de todos os setores. Ao mesmo tempo, é promotora de novas exigências ao nível da responsabilidade social territorial das empresas, individual ou coletivamente.
- A emergência de um contexto favorável à exploração sustentável de alguns recursos endógenos, incluindo os agrícolas, pecuários, da silvicultura e atividades conexas da fileira florestal. Os projetos *Geofood* (que pretende integrar alimentação e território, turismo e saúde, sustentabilidade e sabor, ao mesmo tempo que aproxima o consumidor, cliente e turista da natureza, dos produtos locais, da cultura e das suas origens) e *Arouca Agrícola*, que tem como propósito incentivar e valorizar a produção agrícola e o consumo numa lógica de proximidade), bem como a realização regular da *Feira das Colheitas* (que inclui um Concurso Nacional da Raça Arouquesa) e das *Feiras Francas dos produtos agrícolas de Arouca* são exemplos já bem consolidados.
- O enriquecimento da capacidade de atração e fixação de novos residentes a partir da valorização do ambiente urbano e rural, de elevada qualidade, especialmente se tivermos em conta a integração no espaço regional e os potenciais ganhos de acessibilidade externa, ao litoral e centro metropolitano. Há, ainda, muito trabalho a fazer para consolidar, em Arouca, um espírito da montanha que ultrapasse a dimensão

turística e produtiva e seja compreendido como um contexto de vida, mas os recursos e a ambição estão aqui.

Há, naturalmente, um risco que importa ter presente: a massificação turística e a sobre-exploração dos recursos do território podem comprometer uma trajetória sustentável, especialmente na ambição de fazer de Arouca um espaço excelente de residência e atividade, e não apenas como região atrativa para visitantes e turistas. O Município e as parcerias locais responsáveis pela implementação da Estratégia Arouca 2030 devem dar particular atenção a esse risco.

3.4. UMA POLÍTICA CONSISTENTE DE QUALIFICAÇÃO URBANA

A Natureza e o território rural e de montanha são, atualmente, a grande marca distintiva de Arouca, mas o património histórico-cultural, com especial referência para o Convento de Santa Maria de Arouca (documentado desde o século X), também ocupa um lugar de destaque na visibilidade externa do Município. Aliás, pode mesmo afirmar-se que a aposta política estruturada neste domínio precedeu mesmo a do Geoparque.

O Mosteiro, bem como a sua área envolvente, foi o polo congregador de uma estratégia de qualificação urbana que apontava a três objetivos: a geração de dinâmicas urbanas como enriquecedoras da qualidade de vida dos residentes (e atração de novos residentes); a promoção dos valores culturais locais ao serviço da dinamização económica, pela atração de turistas e visitantes; a criação de uma porta de entrada- interface para os recursos e ativos do mundo rural.

A orientação de política evoluiu de uma focagem quase exclusiva no Mosteiro, como elemento marcante (em projetos de reabilitação, museológicos, de visitação, de organização de eventos culturais – iniciativas em parceria com o ministério da Cultura), para um primeiro projeto mais estruturado de Parceria para a Regeneração Urbana, que já se dirigia a um território mais alargado, mas ainda no Centro Histórico da Vila de Arouca (2010-2015). Atualmente, a regeneração-reabilitação urbana é uma linha de política com dupla dimensão: a da qualificação dos principais aglomerados (Arouca, Escariz-Fermedo e Alvarenga), enquadrada por Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana PERU 2015; e a da estruturação de um sistema urbano equilibrado no território, dando corpo às estratégias territoriais do PDM 2009, do PEDCA 1995 e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano PEDU 2016.

Vejamos os principais marcos desta evolução, que será elemento estruturante (embora não necessariamente diferenciador) na Estratégia Arouca 2030.

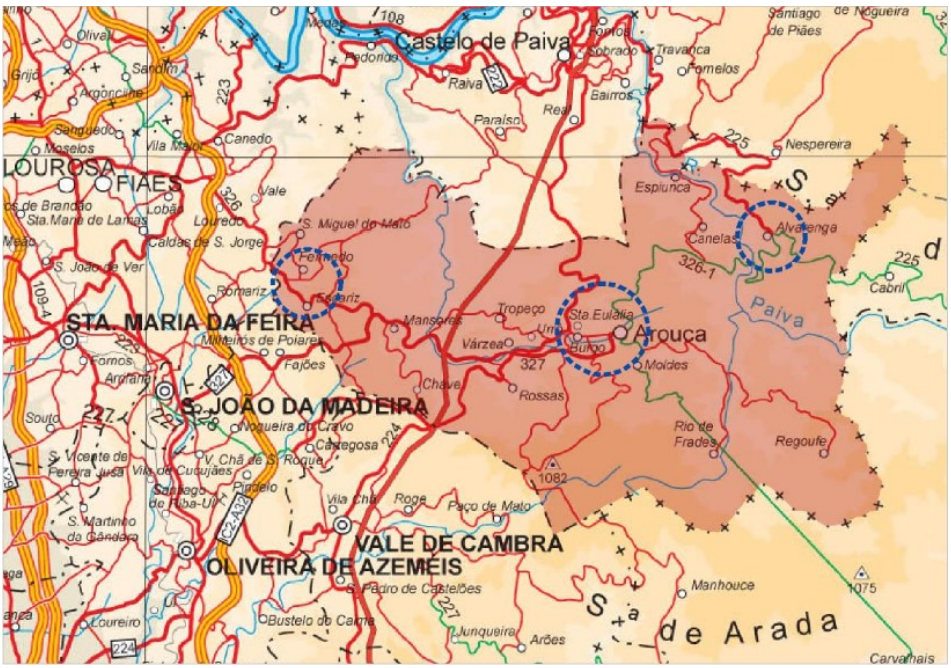
3.4.1. PEDCA 1995 e PDM 2009.

O PEDCA é o documento fundador da atual política municipal, sendo em termos de ordenamento territorial concretizado através do PDM. Estes Planos definem um sistema urbano no território municipal que integra os seguintes núcleos-sistemas:

(i) **Vila de Arouca**, principal aglomerado e centro prestador de serviços, com uma estrutura urbana consolidada e em expansão, a partir de um núcleo histórico (em torno do Mosteiro) e absorvendo os territórios de matriz rural na envolvente;

(ii) **Alvarenga**, núcleo urbano de matriz rural, de equilíbrio de toda a área nordeste do concelho, que já foi sede de concelho (entre 1514 e 1836). Trata-se de um aglomerado policêntrico, com alguns núcleos (o principal, mais denso e histórico, é o de Trancoso) intermediados por espaços agrícolas e quintas;

(iii) Eixo **Escariz-Fermedo**, na zona oriental (chamada Fundo do Concelho), fazendo fronteira com as áreas industrializadas dos municípios de Sta. Maria da Feira e Oliveira de Azeméis. Núcleos a fortalecer funcional e urbanisticamente, tornando-os centros de qualidade residencial e de apoio à localização industrial. Fermedo, com sede em Cabeçais, foi concelho (entre 1514 e 1855).



No âmbito da reabilitação urbana, a linha estratégica mais relevante adotada pelo PEDCA e pelo PDM é a do reforço da qualidade urbana no concelho e da centralidade da Vila de Arouca, definindo os seguintes objetivos /prioridades:

- Qualificar e animar os espaços públicos.
- Promover a reabilitação física e funcional do Centro Histórico de Arouca.
- Afirmar a identidade cultural arouquense.
- Definir espaços planeados de expansão dos aglomerados urbanos.

Complementarmente, estes instrumentos de planeamento adotam dois eixos estratégicos que mantêm plena atualidade:

- promover o desenvolvimento do turismo, sendo aqui relevante a prioridade dada à valorização da diversidade de identidades culturais;

- gerir e controlar o processo de requalificação urbana através de instrumentos de gestão territorial de escala mais adequada, estando em vigor os Planos de Urbanização de Arouca e do Eixo Escariz-Fermedo.

3.4.2. Programa de Ação da Parceria para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Arouca (2010).

De implementação mais recente (2010-2015), este projeto – integrado na política de cidades Polis XXI - promoveu uma profunda requalificação de toda a zona envolvente do Mosteiro de Arouca – ruas e praças, estacionamento, espaço verde urbano. Incluiu também diversas atividades de animação do espaço público e, de uma forma geral, contribuiu para a atração de residentes, turistas e visitantes para a área, criando condições favoráveis ao investimento privado.

3.4.3. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (2016).

O PEDU, instrumento estratégico para enquadramento dos financiamentos para a política urbana do Portugal 2020, assumia dois grandes desafios:

- Colocar Arouca como uma referência regional e nacional em termos qualidade urbana e ambiental, atuando na reabilitação, na regeneração, na inclusão e na sustentabilidade das suas principais centralidades e nas redes de mobilidade concelhia.
- Articular de forma eficaz os instrumentos de apoio ao desenvolvimento urbano sustentável (mobilidade, reabilitação urbana e apoio a comunidades desfavorecidas) com outros, nos domínios do investimento, do turismo e da reabilitação urbana, destinados à iniciativa privada, gerando fortes efeitos de alavancagem.

De forma coerente com a política de desenvolvimento urbano dos últimos anos e com o planeamento estratégico e territorial em vigor, o PEDU enquadrava investimentos orientados para os seguintes objetivos:

- Reforçar a atratividade e a centralidade da Vila de Arouca no espaço regional, consolidar Alvarenga como polo urbano de equilíbrio territorial e favorecer a estruturação e qualificação do eixo urbano Escariz/Fermedo.
- Alargar e dinamizar o processo de reabilitação urbana na Vila de Arouca, em Alvarenga e no Eixo Escariz/Fermedo, centralidades municipais onde foram delimitadas Áreas de Reabilitação Urbana, através de intervenções públicas no edificado e nos espaços públicos e estimulando a iniciativa privada na dinamização de projetos de regeneração urbana.
- Modelar intervenções que promovam a diversificação funcional e a dinamização económica, cultural e social destes territórios, bem como a qualidade urbana dos espaços a intervir.
- Reduzir a taxa de utilização de transporte individual, estimulando os modos suaves (pedonal e ciclável) e as condições de intermodalidade e melhorando as opções de transporte nas áreas de baixa densidade.
- Promover a regeneração física articulada com intervenções sociais, integrando as comunidades desfavorecidas no tecido urbano, através da requalificação habitacional, de espaços públicos e de equipamentos dinamizadores de empreendedorismo social.

O PEDU enquadrava três instrumento operacionais de intervenção:

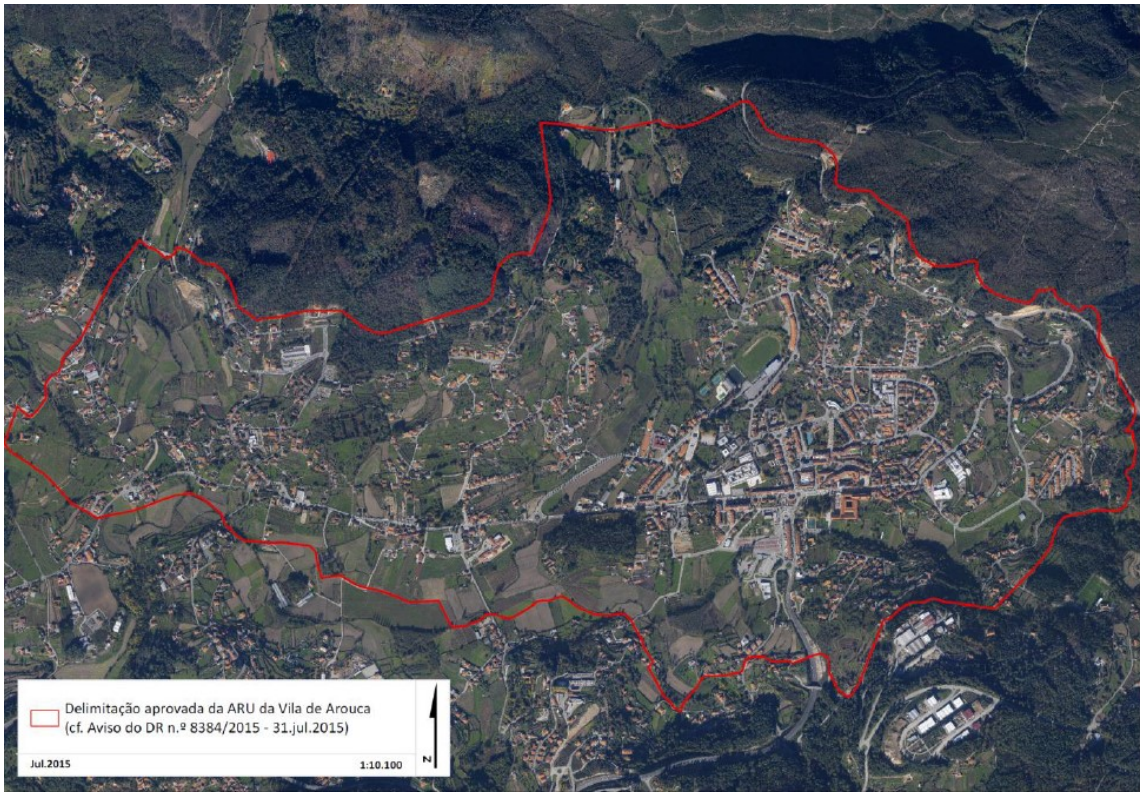
- O PMUS - Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável, implementado no quadro metropolitano, que em Arouca se propõe diminuir em cerca de 15% as emissões de GEE até 2023.
- O PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana, apoiando projetos de reabilitação de edifícios e espaços públicos, bem como enquadramento dos apoios do IFRRU 2020 para edifícios privados (para fins residenciais ou outros) em Arouca, Alvarenga e Escariz-Fermedo.
- O PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, que prevê a reabilitação dos bairros sociais de S. Pedro (Arouca) e Pade (Alvarenga), beneficiando diretamente cerca de 36 agregados familiares.

O PEDU, nas suas três linhas de intervenção, está atualmente em execução.

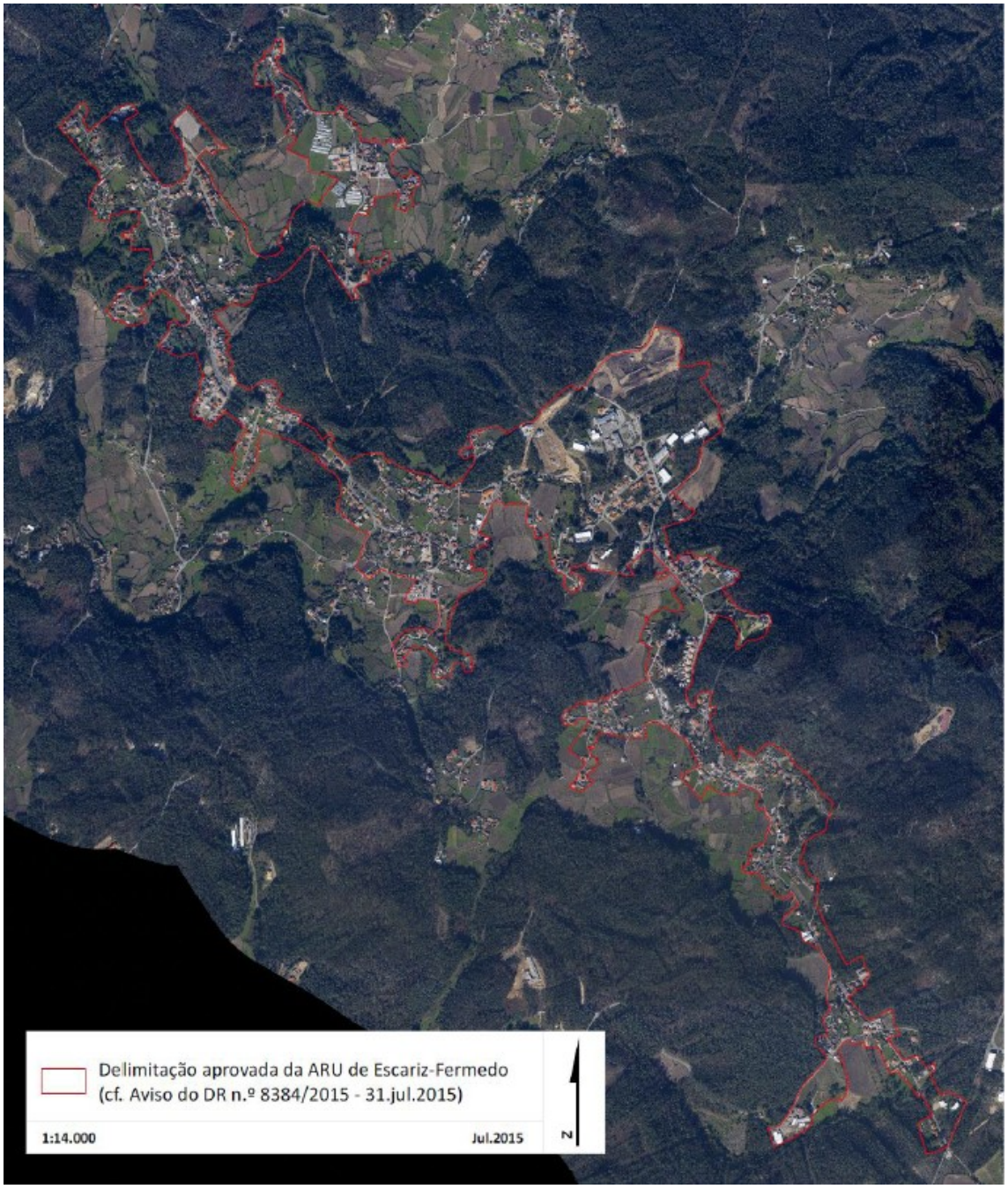
3.4.4. Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana de Arouca, Escariz-Fermedo e Alvarenga).

Abrangendo as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) da Vila de Arouca, de Alvarenga e de Escariz-Fermedo (também objeto de intervenção do PARU, referido acima), estas Operações de Reabilitação Urbana, definidas no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, regulam os incentivos públicos (fiscais e financeiros, incluído os que são concedidos no âmbito dos FEEI/IFRRU 2020) à reabilitação urbana e definem um conjunto de ações territoriais estruturantes, de iniciativa pública e privada.

As áreas delimitadas como ARU são as seguintes:


Delimitação aprovada da ARU da Vila de Arouca
(cf. Aviso do DR n.º 8384/2015 - 31.jul.2015)
Jul.2015
1:10.100
N

Delimitação aprovada da ARU de Alvarenga
(cf. Aviso do DR nº 8384/2015 - 31.jul.2015)
1:5.000
Jul.2015
N



3.5. UMA REDE SOCIAL PROATIVA E INOVADORA

A Rede Social de Arouca assenta numa política social ativa, baseada na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para a erradicação da pobreza e da exclusão, promovendo o desenvolvimento social. Correspondendo ao conceito lançado em Portugal a partir de 1997, a Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços dos grupos locais públicos e privados sem fins lucrativos, cujo objetivo é fomentar uma

consciência coletiva dos problemas sociais e contribuir para a ativação dos meios e agentes de resposta locais.

Em termos mais específicos, a Rede Social de Arouca quer promover um planeamento integrado e sistemático, mobilizando as competências e os recursos institucionais e da comunidade para garantir mais e melhores respostas no concelho e nas freguesias, pretendendo:

- Induzir o diagnóstico e o planeamento participados.
- Promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia.
- Procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social.
- Formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local.
- Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos.
- Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

Esta perspetiva está plasmada no Plano de Desenvolvimento Social de Arouca 2015-2020, que definiu 3 eixos de atuação:

- **Eixo 1 – Crescimento inteligente** – Apostar na promoção do empreendedorismo potenciando a utilização e valorização de recursos naturais endógenos, cujos principais objetivos são: (i) o aumento dos níveis de empreendedorismo no território; (ii) reconhecimento do empreendedorismo como solução potencial para colmatar a baixa empregabilidade local e (iii) aposta na valorização dos recursos naturais. No âmbito deste eixo, de forma a responder a problemáticas relacionadas com o emprego, formação e empreendedorismo, salientam-se as ações:
    - Programa de empreendedorismo e empregabilidade – visa promover sessões com o intuito de estimular as capacidades empreendedoras, iniciativa e criatividade, muitas das quais dirigidas a desempregados.
    - Projeto CRER – apoio a candidatos que pretendem criar a sua própria empresa no espaço rural, nomeadamente através da metodologia CRER.
    - Portal do emprego e formação – potenciar uma ferramenta digital que facilite o acesso da população à informação na área do emprego, formação e empreendedorismo.
- **Eixo 2 – Crescimento sustentável** – Potenciar o desenvolvimento do território e a qualidade de vida, apresenta como objetivos: (i) identificar áreas fulcrais na promoção da qualidade de vida das pessoas e sensibilizar para a sua implementação e (ii) implementar mecanismos de atratividade do território que potenciem a qualidade de vida das populações. Foi definido o projeto Memorando de recomendações, que pretende enviar ao executivo municipal e outros agentes um memorando de problemáticas diagnosticadas no âmbito do diagnóstico social.
- **Eixo 3 – Crescimento inclusivo** – Contribuir para um concelho socialmente coeso, com respostas sociais adequadas e inovadoras que favoreçam a qualidade de vida das populações mais vulneráveis e o desenvolvimento social do território, tem como objetivos: (i) Trabalhar as parcerias com o intuito de incentivar a coesão social e (ii)

promover projetos coesos para a atenuação da vulnerabilidade social. Destacam-se alguns dos projetos programados distribuídos por problemática:

- Ação Social: Concessão de prestações de natureza social – mecanismo para agilizar o apoio em situação emergente.
- Habitação: Serviço de reparações ao domicílio - assegurar pequenas reparações a populações carenciadas.
- Dinâmicas familiares: Grupo de pais – programa de apoio à parentalidade.
- População sénior: Plano gerontológico – melhoria das condições de vida dos idosos e Serviços de proximidade para a população idosa – teleassistência e serviço de reparações, serviço de apoio domiciliário noturno.
- Juventude: Juventude em movimento – criação de competências ao nível da formação cívica e cidadania.

Em termos operacionais, para além da atividade em rede que o Município continua a liderar, destacam-se 3 projetos que enquadram a intervenção de FEEI no período 2014-2020: a estratégia DLBC e o CLDS3G (Projeto AroucaInclui), executados pela ADRIMAG, sobretudo para apoio a empreendedorismo e criação de emprego e projetos sociais, e o PAICD, que já referimos atrás.

4. BASES ESTRATÉGICAS PARA AROUCA 2030

4.1. ENQUADRAMENTO

Os trabalhos de preparação da Estratégia Arouca 2030, que foram pontuados por diversos momentos de discussão e concertação com agentes públicos e privados, permitiram definir algumas balizas para o tipo de proposta a desenvolver:

- Assumir uma linha de continuidade no percurso que tem vindo a ser seguido, dada a sua consistência e adequação ao diagnóstico prospetivo que se pode realizar.
- Apostar, de forma decidida, nos principais ativos locais para o desenvolvimento, focando neles a estratégia, em alternativa à definição de uma estratégia extensiva e abrangente, cujo valor acrescentado não seria evidente.
- Alinhar a estratégia local com as linhas orientadoras da política de desenvolvimento nacional e europeu para a próxima década, na medida em que é já possível conhecê-las.
- Dotar a estratégia da necessária flexibilidade para enquadrar as alterações de contexto que possam ocorrer e as oportunidades geradas pelos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários.
- Recentrar a estratégia no modelo que, efetivamente, tem vindo a afirmar-se – o da parceria entre o município e outros agentes locais e regionais, com responsabilização coletiva e trabalho em rede.

Nas secções seguintes apresenta-se, de uma forma estruturada, a Estratégia Arouca 2030, tal como resultou do processo de trabalho desenvolvido nos últimos meses.

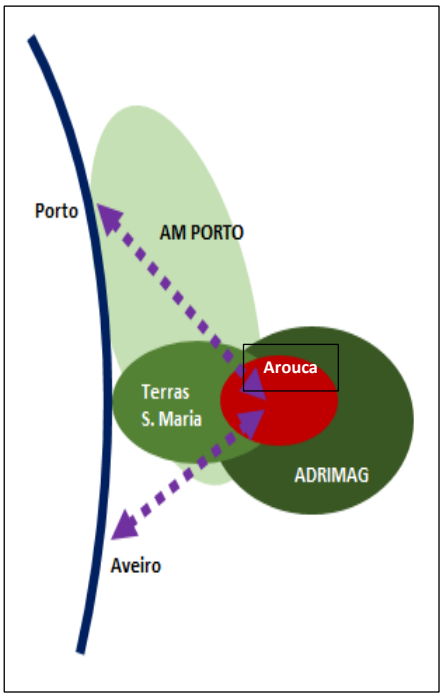
4.2. ABORDAGEM À ESTRATÉGIA

Arouca está numa trajetória globalmente favorável, com dinâmicas afirmadas e outras ainda em consolidação, mas sem esquecer que há aspetos sociais, económicos e territoriais que carecem de uma intervenção de natureza mais defensiva ou corretiva.

Tendo em conta esta perspetiva de que há um processo dinâmico, e não uma fase que se fechou e outra que se abre, a estratégia para a próxima década pode referir-se, mais corretamente, como de "reposicionamento estratégico". Este reposicionamento resultaria da mudança de contexto, a vários níveis, e dos novos desafios para uma competitividade sustentável e inclusiva. Foram propostas, aos agentes económicos, sociais e políticos auscultados ao longo deste processo de planeamento, algumas linhas para reflexão, destacando-se as seguintes ideias conclusivas e consensuais:

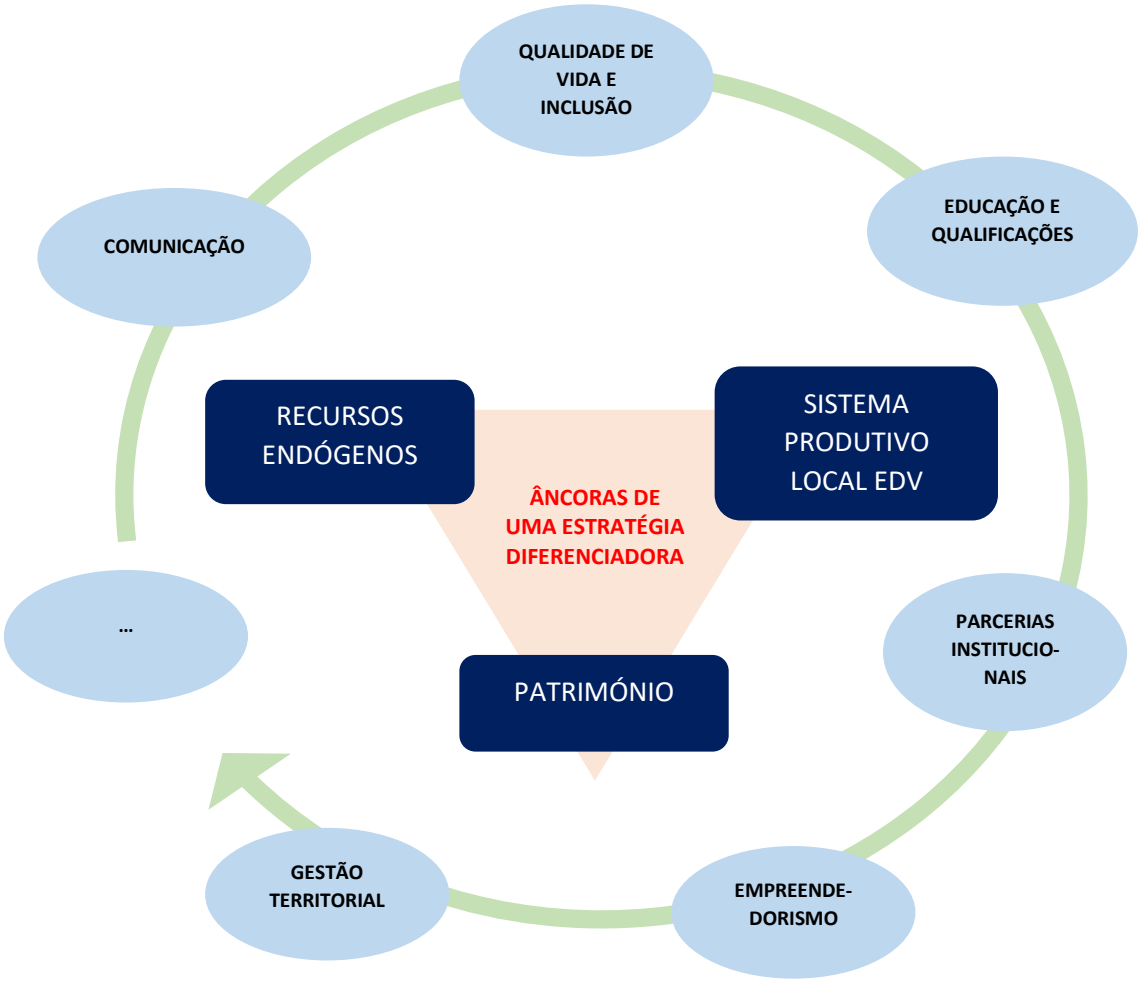
- As principais oportunidades de "reposicionamento" assentam na combinação de ativos e dinâmicas que pode ser assim resumida:
  - Consolidação de ativos com longa tradição de implantação no concelho (património histórico e natural, floresta, ruralidade),
  - combinada com a valorização de dinâmicas emergentes fortemente diferenciadoras (Geoparque UNESCO, Carta Europeia do Turismo Sustentável, dinamismo industrial/empresarial, *background* verde da AM Porto)
  - e com a resposta a novos desafios societais à escala nacional-global (floresta, desertificação rural, sustentabilidade ambiental…).

- Tendo em conta a diversidade de agentes e de áreas de desenvolvimento, destaca-se a forte relevância estratégica de parcerias para este reposicionamento – CM, ADRIMAG, AGA, associações empresariais, associação florestal… A "engenharia institucional" é essencial para a coordenação do processo.
- Tem-se afirmado, de forma crescente, uma imagem "sustentável" associada a Arouca, e este pode ser um eixo aglutinador de toda a política de reposicionamento.
- Mantém-se a necessidade de monitorização de trajetórias de perda: o abandono das terras, a decadência das atividades tradicionais, a sobre-exploração de recursos, a degradação da floresta tradicional…
- O modelo de desenvolvimento deve atender à questão relevante da "inclusão", sobretudo no aspeto territorial. Deve valorizar, de forma adequada e diferenciada, todos os setores do território – os territórios rurais, naturais e florestais, os territórios urbanos, os territórios industriais….
- Deve, também, valorizar o posicionamento em várias "geometrias", onde Arouca é charneira:
  - A da Área Metropolitana do Porto.
  - A das "Montanhas Mágicas" (ADRIMAG) – desenvolvimento rural, turismo sustentável, floresta, agropecuária.
  - A das Terras de Santa Maria (… a cultura empresarial específica…).



A proposta de focagem da estratégia Arouca 2030, a partir da avaliação das dinâmicas em curso e do cruzamento e concertação de perspetivas dos agentes – e, como referimos, também das opções próprias de um projeto político local -, está representada no esquema seguinte, combinando dois níveis de abordagem:

- A valorização de **ativos específicos**, que serão as âncoras de uma estratégia diferenciadora e a partir dos quais Arouca pode construir verdadeiras vantagens competitivas.
- A identificação de algumas **dimensões complementares** da estratégia – áreas de ação relevantes para a viabilização das apostas centrais.



4.3. AS ÂNCORAS DA ESTRATÉGIA

A estratégia proposta assenta na valorização de três tipos de ativos específicos, conjuntos de recursos aos quais podem corresponder estratégias de criação de valor, fixando e atraindo emprego, dinamizando a geração de rendimento na economia local e criando oportunidades para a atração de investimento e de nova capacidade empresarial.

As três âncoras que constam do esquema que sintetiza graficamente a estratégia proposta correspondem, é relevante assinalá-lo, a domínios de reforço e aprofundamento de apostas já assumidas pelo município e que resultam em parte da estratégia delineada e aplicada em função das orientações do PEDCA de 1995.

A valorização económica de tais ativos permitirá, por si só, despertar novas iniciativas e oportunidades, consolidando fileiras e áreas de investimento. Num estádio mais avançado de implementação da estratégia, há condições para as três âncoras interagirem entre si, potenciarem-se mutuamente e abrir novas complementaridades. Tal como foi referido, correspondem a áreas já em desenvolvimento na intervenção municipal e por via das dinâmicas de investimento de atores e empreendedores locais.

Pelo facto de se tratar de reforço e aprofundamento de apostas, isso não significa que sejam mais fáceis de consolidar. Acontece frequentemente que, em estratégias de reforço e aprofundamento de apostas em curso, os ganhos de consolidação exigem mais esforço de investimento e coordenação do que em apostas de raiz e em que tudo é novidade no desenvolvimento inicial de tais estratégias. Uma das condições de sucesso dos processos de inovação é a persistência e, sobretudo, o reconhecimento de que os ganhos marginais de geração de resultados em tais apostas são cada vez mais exigentes em termos de gestão, coordenação e alocação de recursos de conhecimento e investimento.

Não há razões para admitir que no caso de Arouca venha a ser diferente.

Mais ainda, o reforço e aprofundamento de apostas em curso tenderão a ser mais exigentes em termos de condições de facilitação da estratégia que correspondem no esquema proposto aos blocos que envolvem e circundam as âncoras da estratégia, tal como o demonstraremos na secção seguinte deste capítulo.

4.3.1. A integração e contiguidade nas dinâmicas de empreendedorismo e de investimento do Entre Douro e Vouga (EDV)

Em complemento com as restantes âncoras estratégicas, é vital que o concelho de Arouca partilhe a dinâmica industrial que diferencia o EDV e que o município encontre, com as parcerias adequadas, as condições de atração e fixação no território concelhio de empresas de serviços reais às empresas. O parque de negócios de Escariz tem condições para se tornar uma âncora na fixação de tais serviços, mesmo reconhecendo que haverá serviços empresariais de ordem superior que tenderão a fixar-se no entorno metropolitano.

Através das restantes âncoras estratégicas que constam da proposta anteriormente esquematizada, Arouca apresenta um elevado potencial para garantir às empresas que demandam o concelho uma imagem territorial enriquecedora do ponto de vista identitário às marcas empresariais locais.

4.3.2. A multiplicação de processos de criação de valor centrados nos recursos endógenos variados do concelho

Esta tem sido uma das dinâmicas mais diferenciadoras do concelho nos últimos anos. A mobilização dos recursos endógenos dos territórios não é seguramente uma novidade entre concelhos com características similares às de Arouca. O que é novidade é a paleta diversificada que Arouca está a promover e, sobretudo, os resultados que estão a ser atingidos em termos de estratégias de criação de valor económico por esse trilho. Dos recursos endógenos naturais (ecológicos e geológicos, bem exemplificados pelo sucesso dos Passadiços do Paiva ou, de uma forma mais geral, por toda a aposta no Arouca *GeoPark* e no turismo sustentável) até à valorização, mostra e comercialização de produtos agrícolas locais, passando pela notoriedade

de outros produtos (doçaria conventual, carne), Arouca tem hoje à sua frente um desafio importante de ganhos de mercado e de escala para a valorização económica desses recursos.

4.3.3. A dimensão horizontal e diferenciadora da preservação e valorização identitária do património do concelho

A coerência das âncoras estratégicas de Arouca 2030 fecha-se com o reconhecimento que a preservação e valorização do património constituirá uma marca diferenciadora e fortemente identitária das opções de desenvolvimento de Arouca 2030.

Preservação e valorização do património nas suas diferentes frentes, natural, ambiental, histórico-cultural, de resiliência das suas gentes, atravessando por isso praticamente todas as dimensões da vida concelhia.

Preservação e valorização que interpelam entre outras dimensões a dos instrumentos de gestão territorial (IGT).

Preservação e valorização também como aposta dinâmica de valorização económica e de atração e fixação de recursos de conhecimento e de ativos jovens, extensiva a todo o território concelhio, não apenas à Vila, e por isso também um instrumento poderoso de inclusão territorial.

Preservação e valorização também como elementos de notoriedade e de imagem comunicacional de Arouca, captando novas cumplicidades de visitantes e da diáspora arouquense distribuída por diferentes parcelas do território continental e por esse mundo fora.

4.4. CONDIÇÕES DE FACILITAÇÃO E APOSTAS COMPLEMENTARES DA ESTRATÉGIA

Todas as âncoras de uma dada estratégia municipal exigem condições de facilitação e apostas complementares. Trata-se de evidenciar que há diferentes domínios da política municipal que, para além de se justificarem enquanto tais, devem ser orientadas para dar coerência às âncoras da estratégia que foi decidido implementar.

Tal como foi referido na secção anterior, as âncoras estratégicas propostas correspondem a processos já em curso na intervenção municipal, aliás na sequência das orientações do PEDCA de 1995. Sublinhámos também que, pelo facto de se tratar de uma aposta no reforço e consolidação de dinâmicas já ensaiadas, a isso não correspondia uma menor dificuldade ou uma menor exigência. Designadamente, no âmbito das condições de facilitação e das apostas complementares, o estádio de reforço e consolidação das tais dinâmicas centrais e diferenciadoras do concelho poderia justificar novas orientações para determinadas políticas e até recomendar a emergência de novas frentes de intervenção.

É o que procuraremos demonstrar nos pontos seguintes.

Numa estratégia como a que é proposta, o Município não deve ser apenas considerado como um executor (investidor) fundamental da mesma. Ele será também:

- O centro do modelo de governança e coordenação da estratégia de desenvolvimento Arouca 2030, impulsionando a iniciativa de outras instituições e assegurando a convergência e a complementaridade de processos do ponto de vista dos seus resultados;

- O dinamizador de novas parcerias institucionais para o desenvolvimento local, assumindo-se como um parceiro competente e de confiança;
- O garante de que as políticas públicas, designadamente as que serão alimentadas pelo próximo período de programação, oferecem respostas consistentes às necessidades deste tipo de territórios, assumindo-se como Voz ativa na viabilização de um novo olhar da política pública para os territórios de mais baixa densidade
- O representante na dinâmica metropolitana de que a composição atual da Área Metropolitana do Porto traz vantagens e reconhecimento aos municípios que se localizam na sua periferia próxima.

4.4.1. Educação, formação e qualificações

A estratégia Arouca 2030 é exigente do ponto de vista das qualificações e competências que implica, dada a diversidade de frentes em que se desenvolve e a necessidade de fixar emprego qualificado no concelho.

Os instrumentos que estão ao alcance do município através da oferta de educação que pode garantir no território respeitam aos níveis da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, ao qual se junta a oferta de ensino profissional disponível a partir do ensino público regular.

4.4.2. Qualidade de vida e inclusão social

Referimos anteriormente que a estratégia Arouca 2030 aspira a diferenciar-se como um exemplo pioneiro de estratégia de desenvolvimento territorialmente inclusivo. Com este lema, queremos significar que praticamente todas as parcelas do território concelhio participarão na sua dinamização e no investimento que a materializa através de recursos específicos a valorizar. Essa participação para a inclusão territorial será obviamente dependente da capacidade de iniciativa e de empreendimento que envolver e incidir nesses territórios.

4.4.3. Instrumentos de gestão territorial

A elaboração do Plano Estratégico Arouca 2030 é acompanhada da avaliação do estado do ordenamento do território no concelho e da preparação das bases para a revisão do PDM[3], tal como consta da introdução a este documento. Esta simultaneidade é deliberada, e é compreensível que o seja, dada a importância fulcral que o ordenamento do território representa para a estratégia de desenvolvimento que se pretende implementar. A importância da gestão territorial (e de um PDM revisto que a operacionalize) deve-se a razões como:

- A dimensão da sustentabilidade ambiental e da inimitabilidade dos ativos turísticos em que o concelho está especializado exige uma cuidada política de ordenamento do território;
- A dinâmica industrial em crescendo no concelho deve ser também devidamente acomodada pela política de ordenamento, qualificando e consolidando áreas de acolhimento empresarial e, como foi anteriormente referido, compatibilizando os

[3] O *Relatório de Estado do Ordenamento do Território 2017 em Arouca,* cujas linhas principais foram desenvolvidas em simultâneo com as deste Plano Estratégico, foi aprovado em 2017, estando já em curso os trabalhos de revisão do PDM.

efeitos dessa dinâmica (transportes e logística) com a segurança rodoviária e o povoamento concelhio;

- A aposta na gestão florestal é particularmente exigente em termos de ordenamento, sobretudo no quadro de um novo paradigma de prevenção contra o flagelo dos fogos florestais e da sua consagração como uma nova fileira de valorização económica de recursos endógenos;
- A promoção da urbanidade no concelho, não só da Vila de Arouca, mas também de outros pequenos centros distribuídos pelo território concelhio, consagra por si só uma vertente do ordenamento do território.

4.4.4. A promoção do empreendedorismo

É conhecido que os territórios de baixa densidade, atingidos pelo declínio demográfico, enfrentam um problema que corre o sério risco de se tornar cumulativo e gerar círculos viciosos de regressão económica. Num país em que a capacidade de iniciativa empresarial é escassa, o problema demográfico agrava a emergência de novo empreendedorismo nestes territórios. Ou seja, tendo em conta que o empreendedorismo é também em grande medida um processo de rejuvenescimento, onde ele escasseia tenderá a tornar tal recurso ainda mais escasso. Para além disso, é também notório que as variantes do empreendedorismo de base tecnológica, tão divulgadas através do processo florescente em Portugal das *start-ups* de base tecnológica, se aplicam apenas à componente dos sistemas produtivos em que Arouca partilha a cultura empresarial do EDV.

Pelo contrário, o tipo de promoção do empreendedorismo ajustado à baixa densidade e à dimensão da estratégia Arouca 2030 relacionada com a sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos endógenos não dispõe em Portugal de experiência feita. Trata-se de um universo de oportunidades a que corresponde atomização de infraestruturas de incubação, inexistência de centros de recursos de conhecimento e de oferta de serviços de suporte, multiplicação de instituições, sendo todas estas características largamente influenciadas pelo aumento da massa de recursos financeiros que o Portugal 2020 dedicou ao (micro) empreendedorismo.

4.4.5. A política de parcerias

Já foi anteriormente referido que a dimensão de reforço e aprofundamento de opções que já estão no terreno em Arouca e que são acolhidas como âncoras da estratégia Arouca 2030 é particularmente exigente do ponto de vista do novo posicionamento que é solicitado ao Município. Uma das dimensões em que esse novo posicionamento se torna mais notório é o da política de parcerias com outras entidades/instituições que convirjam nos seus propósitos para o desenvolvimento local.

Em nosso entender, sem prejuízo da coerência da estratégia local, um dos resultados pelos quais o êxito da estratégia pode ser medido é o do fortalecimento institucional e organizativo de instituições locais para além do Município. Sem embargo da própria capacitação do Município, que tem ele próprio na estratégia Arouca 2030 novos desafios à sua intervenção, é crucial que a estratégia de desenvolvimento Arouca 2030 traga consigo atores locais mais capazes e organizados, condição necessária para que a qualidade dos projetos por eles dinamizados possa ter um significativo *upgrade*.

5. LINHAS ESTRATÉGICAS AROUCA 2030

5.1. UMA VISÃO PARA AROUCA

Ao longo dos trabalhos de preparação da Estratégia Arouca 2020 foi emergindo uma visão para o futuro, coerente com o projeto político do Município, com as perspetivas dos agentes e que traduz aquelas que são as bases essenciais da estratégia, tal como apresentadas no capítulo anterior.

A seguinte figura condensa essa visão[4].

5.2. EIXOS CENTRAIS DA ESTRATÉGIA

5.2.1. Arouca, território de inovação e empreendedorismo

Como referimos, e em complemento com as restantes âncoras estratégicas, é vital que o concelho de Arouca partilhe a dinâmica industrial que diferencia o EDV e que o município encontre, com as parcerias adequadas, as condições de atração e fixação no território concelhio de empresas de serviços reais às empresas. O parque de negócios de Escariz tem condições para se tornar uma âncora na fixação de tais serviços, mesmo reconhecendo que haverá serviços empresariais de ordem superior que tenderão a fixar-se no entorno metropolitano.

Através das restantes âncoras estratégicas que constam da proposta anteriormente esquematizada, Arouca apresenta um elevado potencial para garantir às empresas que

[4] Esta é uma proposta de preliminar formalização da visão que deve, naturalmente, ser submetida a um processo mais estruturado de reflexão e concertação. Ela procura ser consistente com as bases da estratégia, mas contém uma formulação – o espírito de montanha – que é mais voluntarista e tenta transmitir uma ambição que vai para além dos conceitos de serra, natureza…, e se pode associar a um carácter, um modo de vida específico de Arouca. Além disso, a própria formulação deve estar alinhada com a estratégia de comunicação do Município.

demandam o concelho uma **imagem territorial enriquecedora do ponto de vista identitário às marcas empresariais locais**.

Por essa via, e através de apostas na **valorização da responsabilidade social empresarial**, há condições para envolver as empresas já localizadas e que venham a localizar-se em Arouca em projetos de responsabilidade corporativa para com o território que as acolhe[5]. As características ambientais e patrimoniais distintivas que o concelho de Arouca começa a consolidar são elementos muito relevantes para uma nova imagem corporativa das empresas. Uma boa imagem territorial favorece marcas inovadoras e de qualidade, que procuram o reconhecimento e fidelização dos seus consumidores.

O município de Arouca não é, obviamente, um investidor industrial. Mas pode, através de uma **adequada gestão territorial e de uma política seletiva e fina de melhoria de infraestruturas**, criar as condições para uma convivência inovadora entre a indústria e as características naturais e patrimoniais diferenciadoras de Arouca na composição atual da Área Metropolitana do Porto (AMP). O ordenamento do território de pequena escala e, sobretudo, a colocação da qualidade urbana e patrimonial da Vila ao serviço da imagem empresarial são intervenções que podem acrescentar imenso valor à dimensão industrial e empresarial do concelho.

Esta opção desperta a necessidade de um **novo estádio de desenvolvimento para a parceria com a Associação Empresarial de Cambra e Arouca – AECA.**

Por último, mas fazendo uma clara ponte com a eixo seguinte, deve ficar claro que a inovação e o empreendedorismo económico ou tecnológico não ficam, aqui, limitados à indústria. A diversidade de recursos primários ou os setores produtivos ligados à sua exploração – e aqui incluindo o solo, a floresta, a água, o agroalimentar… - criam um campo muito rico para o desenvolvimento, em Arouca, de **uma verdadeira estratégia de economia circular**, multissetorial e orientada para a competitividade das empresas e para a valorização sustentável dos recursos.

Como referimos atrás, a promoção do empreendedorismo ajustado à baixa densidade e à sustentabilidade ambiental e valorização dos recursos endógenos não dispõe em Portugal de experiência feita. Reconhece-se aqui a existência de um universo de oportunidades no qual existe, obviamente, um espaço de posicionamento para municípios com estratégias de desenvolvimento do teor da que é proposta na abordagem Arouca 2030. Com as parcerias adequadas (ver secção seguinte), existem em nosso entender condições para que Arouca possa disputar uma posição de evidência no empreendedorismo orientado para a valorização de recursos endógenos em territórios de baixa densidade em que a sustentabilidade se afirma como recurso específico diferenciador. O que parece fundamental nesta aposta é a criação de uma estrutura ágil que garanta a mobilização de recursos de conhecimento (*mentoring, coaching, marketing*, gestão, inovação, internacionalização) de suporte aos projetos de empreendedorismo que a estratégia Arouca 2030 venha a gerar com a sua dinâmica de desenvolvimento.

Há vários cenários possíveis de concretização que podem ser trabalhados desde trabalhar com a AECA (Associação Empresarial de Cambra e Arouca) a criação dessa estrutura ágil até à

[5] Invoca-se o conceito de "responsabilidade social territorial", que tem vindo a ser desenvolvido na última década por diversos autores, mas ainda pouco discutido em Portugal. Cf João Ferrão, ICS-Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7886/1/ICS_JFerrao_Responsabilidade_ARN.pdf.

exploração de parcerias com Universidade de Aveiro/Universidade do Porto para concretizar a iniciativa. Trata-se ainda de matéria que pode ser discutida com a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, já que o empreendedorismo neste tipo de territórios carece de uma clarificação institucional de quem pode fazer eficazmente o quê.

É importante reconhecer que a estratégia Arouca 2030 pode ser concretizada ainda que o Município possa não estar interessado em posicionar-se com êxito no universo do empreendedorismo para a baixa densidade. O que queremos dizer é que, no contexto de atomização em que esta dimensão do apoio ao empreendedorismo navega, uma iniciativa clara e consistente de posicionamento, facilitado por uma estratégia de desenvolvimento local que acolha essa opção, contribuirá para uma afirmação mais consistente da própria estratégia local e do seu financiamento. Tudo indica que o próximo período de programação não tenderá, antes pelo contrário, a reduzir o espaço de manobra deste tipo de apoios ao empreendedorismo. É, pois, um domínio de inovação institucional que o Município decidirá ou não integrar na sua própria estratégia.

5.2.2. Arouca, território de diversidade

Esta tem sido uma das dinâmicas mais diferenciadoras do concelho nos últimos anos. A mobilização dos recursos endógenos dos territórios não é seguramente uma novidade entre concelhos com características similares às de Arouca. O que é novidade é a **paleta diversificada que Arouca está a promover e, sobretudo, os resultados que estão a ser atingidos em termos de estratégias de criação de valor económico** por esse trilho. Dos recursos endógenos naturais (ecológicos e geológicos, bem exemplificados pelo sucesso dos Passadiços do Paiva ou, de uma forma mais geral, por toda a aposta no Arouca *GeoPark* e no turismo sustentável) até à valorização, mostra e comercialização de produtos agrícolas locais, passando pela notoriedade de outros produtos (doçaria conventual, carne), Arouca tem hoje à sua frente um desafio importante de **ganhos de mercado e de escala para a valorização económica** desses recursos.

A fase seguinte, também desafiante, é a **afirmação de dinâmicas de investimento e animação económica complementares**, algo de crucial para consolidar uma dimensão de geração e injeção de rendimento na economia local. O concelho e a sua diversificada experiência de valorização de recursos endógenos parecem estar maduros para um estádio de atração de nova capacidade empresarial ao processo, fixando novos empreendedores e multiplicando a criação de emprego.

Trata-se de uma **dinâmica fortemente inclusiva do ponto de vista territorial**, já que apresenta o potencial de nela envolver largas parcelas do território concelhio, promovendo a coesão territorial como o resultado de um modelo económico de valorização de recursos, ao qual se junta nova capacidade de empreendimento e de investimento empresarial, e não como uma retórica vã, fortemente tributária de políticas sociais locais.

Esta âncora pode ainda envolver a dimensão de uma **gestão florestal mais proativa**, fortalecendo a resiliência dos territórios com maior risco de ocorrência de incêndios florestais e colocando Arouca também na frente de uma **política de valorização florestal**, em linha com a mudança de paradigma que os acontecimentos do verão e outono de 2017 determinaram.

Esta diversidade deve ser entendida como um pilar da sustentabilidade – económica, social e ambiental. E, neste quadro, não pode deixar de assinalar-se que a valorização deste território, e sobretudo do setor agroflorestal, pode permitir a Arouca estar na primeira linha do combate

aos efeitos das alterações climáticas e da inovação em matéria de **bioeconomia circular** - uma economia que utiliza os recursos biológicos da terra e é fortemente tributária de investigação em biociências, TICE e materiais, cruzando-se desta forma com o eixo da estratégia anterior.

Finalmente, deve salientar-se que esta âncora é crucial para a **fixação de emprego jovem no concelho, mais qualificado e mais propenso ao empreendimento**, entre outras vias pela consolidação de instituições de desenvolvimento local com atividade no concelho. A atração de recursos de animação, coordenação, gestão e *marketing* territorial local são vias interessantes para devolver ao concelho atratividade na fixação de população jovem e mais qualificada.

5.2.3. Arouca, território com identidade

A coerência das âncoras estratégicas de Arouca 2030 fecha-se com o reconhecimento que **a preservação e valorização do património constituirá uma marca diferenciador**a e fortemente identitária das opções de desenvolvimento de Arouca 2030.

Preservação e valorização do **património nas suas diferentes frentes, natural, ambiental, histórico-cultural**, de resiliência das suas gentes, atravessando por isso praticamente todas as dimensões da vida concelhia.

Preservação e valorização que interpelam, entre outras dimensões, a dos instrumentos de gestão territorial (IGT).

Preservação e valorização também como **aposta dinâmica de valorização económica e de atração e fixação de recursos de conhecimento e de ativos jovens**, extensiva a todo o território concelhio, não apenas à Vila, e por isso também um instrumento poderoso de inclusão territorial.

Preservação e valorização também como **elementos de notoriedade e de imagem comunicacional de Arouca**, captando novas cumplicidades de visitantes e da diáspora arouquense distribuída por diferentes parcelas do território continental e por esse mundo fora.

5.3. EIXOS COMPLEMENTARES DA ESTRATÉGIA

5.3.1. Educação, formação e qualificações para o futuro

A estratégia Arouca 2030 é exigente do ponto de vista das qualificações e competências que implica, dada a diversidade de frentes em que se desenvolve e a necessidade de fixar emprego qualificado no concelho.

Os instrumentos que estão ao alcance do município através da oferta de educação que pode garantir no território respeitam aos níveis da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, ao qual se junta a oferta de ensino profissional disponível a partir do ensino público regular.

Temos evidência de que o município de Arouca tem sido particularmente ativo na adaptação da oferta desta última modalidade de ensino, o ensino profissional, a prioridades que estão em linha com a estratégia agora proposta e que se prendem com a floresta, as atividades de turismo sustentável e as questões do património. Não se ignora ainda que em matéria industrial o concelho de Arouca é tributário de ofertas que respeitam a todo o EDV e outra coisa não seria

de esperar atendendo a que o concelho partilha a contiguidade com as atividades empresariais do EDV.

Como é conhecido, em matéria de oferta de formação superior, o concelho é tributário das dinâmicas metropolitanas, sendo a via da atração de investimento e de residentes a melhor para colmatar essa lacuna.

Do ponto de vista geral, a louvável aposta na educação e na promoção da qualificação dos ativos residentes equivale a um bem público que, em última instância, não sabemos se irá traduzir-se em emprego e residência qualificada no concelho. Como bem público, outros territórios poderão tirar dele partido, atraindo as pessoas que formamos. No desenvolvimento regional existe uma eterna interrogação, *"os empregos seguem as pessoas ou as pessoas seguem os empregos?",* cuja resposta não é taxativa. A via mais segura para assegurar que são os empregos a seguir as pessoas é o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento local que crie as condições adequadas. É esse o propósito da estratégia Arouca 2030.

Importa ainda assegurar que, sem prejuízo da universalidade da formação que é necessário assegurar, nos domínios de oferta de educação e formação que o concelho pode apropriar estejam sempre presentes como pano de fundo dos projetos educativos as grandes apostas de desenvolvimento do concelho. É importante que os jovens estudantes e formandos reflitam sobre o futuro do desenvolvimento local segundo os diferentes pontos de vista disciplinares da sua formação. É assim relevante que a estratégia Arouca 2030 se transforme ela própria em projeto educativo e que a Escola seja utilizada como veículo de sensibilização e comunicação para outros públicos.

Finalmente, deve ter-se em conta que, por mais robusta e diversificada que seja a oferta de formação e qualificações que o município possa garantir, haverá sempre necessidades de formação que terão de ser colmatadas com abertura ao exterior e a outros centros de conhecimento e formação. O município é nesta estratégia a interface da gestão de necessidades, promovendo as parcerias mais adequadas para responder a essas necessidades.

5.3.2. Desenvolvimento inclusivo e qualidade de vida

Referimos anteriormente que a estratégia Arouca 2030 aspira a diferenciar-se como um exemplo pioneiro de estratégia de desenvolvimento territorialmente inclusivo. Com este lema, queremos significar que praticamente todas as parcelas do território concelhio participarão na sua dinamização e no investimento que a materializa através de recursos específicos a valorizar. Essa participação para a inclusão territorial será obviamente dependente da capacidade de iniciativa e de empreendimento que envolver e incidir nesses territórios.

Ao serviço dessa estratégia, o Município de Arouca deverá prosseguir os seus esforços de melhoria generalizada das condições de vida nas diferentes parcelas do território, adaptando as intervenções ao tipo de povoamento e à capacitação demográfica dos territórios. Em simultâneo, prosseguirão as atividades da política social local, dirigidas aos grupos mais vulneráveis, designadamente aos mais velhos e em condições de maior isolamento e afastamento face aos cuidados de saúde e a outros serviços municipais.

A estratégia Arouca 2030 trabalha um conceito abrangente de qualidade de vida territorial e das famílias que é indissociável dos esforços de coesão social que as políticas municipais estarão a desenvolver.

Prosseguirá também (ver secção relativa aos instrumentos de gestão territorial) a melhoria das condições de compatibilização dos fluxos de transporte induzidos pela atividade industrial e pela exploração florestal com as condições de povoamento dos núcleos populacionais diretamente atravessados por tais fluxos. A política de segurança rodoviária no concelho será, assim, considerada como uma aposta da gestão territorial e um elemento intrínseco das condições de vida.

5.3.3. Gestão territorial orientada para o desenvolvimento sustentável

Numa abordagem mais especificamente centrada nas repercussões territoriais das linhas de estratégia adotadas, aquela que necessariamente se tem de privilegiar no âmbito da revisão do plano diretor municipal, o desafio que se levanta reveste três dimensões principais:

1. A **conservação e valorização dos recursos endógenos**, enquanto fatores dinâmicos da afirmação identitária e do desenvolvimento do concelho, procurando que esta atitude cultural seja crescentemente assumida como elemento diferenciador, organizados em torno de duas grandes temáticas: (i) manutenção e potenciação dos valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais e (ii) reforço da qualidade do ambiente rural e urbano.
2. O **combate à regressão demográfica**, tendo como objetivo estrutural a inversão da tendência de perda global de população através da (i) criação de condições para a fixação das atuais populações e para a atração de novos residentes, e da (ii) resposta às novas exigências colocadas pela continuação de uma tendência de envelhecimento populacional com incidência agravada nas áreas mais rurais e despovoadas do concelho, fenómeno que persistirá mesmo em cenários favoráveis de evolução demográfica. Algumas das áreas de intervenção focadas nestes objetivos poderão ser a introdução de modelos inovadores de prestação de serviços de proximidade em territórios de montanha e baixa densidade, a melhoria infraestrutural, designadamente ao nível das acessibilidades, a implementação de um modelo territorial (sistema e perímetros urbanos) devidamente atualizado e coerente com as dinâmicas sociodemográficas, no âmbito da revisão do PDM e ainda a criação de condições para a instalação de iniciativas empresariais.
3. A **promoção do desenvolvimento económico** assente em duas vertentes fundamentais: (i) o reforço da integração nas dinâmicas empresariais do EDV e da AMP (mais focada setorialmente na indústria e nos serviços), e (ii) o fomento da criação de valor centrada no aproveitamento sustentado dos recursos endógenos.

Nas concretas condições da atual realidade concelhia, a prossecução destas linhas de estratégia exige a consideração de uma quarta dimensão, de caráter transversal às anteriores, a saber:

4. A **promoção de uma rede coerente de acessibilidades**, desde logo a nível local mas, principalmente, ao nível das ligações rodoviárias às grandes vias do Litoral (e consequentemente à Área Metropolitana do Porto) e aos principais centros urbanos da área envolvente do concelho.

Neste enquadramento, a formulação, em sede da revisão do PDM, das opções de ordenamento territorial, da estratégia de atuação, do programa de medidas e ações, e da disciplina de uso do solo que constituem o seu conteúdo material fundamental deve organizar-se e desenvolver-se em torno das orientações e diretrizes que se enumeram seguidamente. Como se evidencia na

matriz apresentada no final desta secção, a maioria destas diretrizes contribui cruzadamente para a prossecução dos objetivos subjacentes às três dimensões que reveste o desafio da próxima revisão do PDM.

A. Combate aos fatores de degradação dos valores naturais e paisagísticos presentes no solo rústico e, em especial, nas áreas florestais, através de ações e medidas no âmbito da prevenção dos incêndios florestais e da contenção/restrição de usos predadores (exploração descontrolada do eucalipto, por exemplo).
B. Potenciação de usos sustentáveis do solo rústico através de ações e medidas de infraestruturação rural, de ordenamento dos usos e das formas de exploração, e de fomento da adoção de objetivos e processos inovadores de exploração dos recursos, em especial no domínio da floresta.
C. Adoção de medidas de restrição relevante da edificabilidade em solo rústico em termos da tipologia dos usos admissíveis e da sua intensidade, tendo em vista a garantir a segurança de pessoas e bens, salvaguardar a paisagem, evitar a destruição de solos vocacionados para usos agrícolas, pecuários e florestais, e ainda desinflacionar os preços do solo rústico para valores compatíveis com os níveis de rentabilidade próprios da sua exploração para aqueles fins (ao reduzir drasticamente a importância dos critérios de valorização baseados em expectativas edificatórias).
D. Fomento/exigência de melhorias progressivas da qualidade (funcional e estética) das intervenções de ocupação e transformação do uso do território.
E. Promoção da reabilitação urbana das áreas e núcleos edificados mais importantes e/ou de maior interesse histórico-patrimonial, e da preservação e valorização do edificado com valor patrimonial relevante.
F. Incentivação das ações de conservação e beneficiação do edificado existente, recorrendo, entre outras, a medidas de descriminação positiva daquelas face a soluções de edificação nova.
G. Contenção espacial da edificabilidade intensiva, cingindo-a em geral aos aglomerados e áreas edificadas ou infraestruturadas existentes, otimizando o investimento realizado em infraestruturação urbanística.
H. Manutenção e reforço da aposta na qualificação dos espaços públicos urbanos, com plena assunção dos princípios de desenho inclusivo de modo a atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida.
I. Reforço da provisão de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos de apoio à qualidade de vida das populações, através do completamento de redes quando ainda necessário, de melhorias da qualidade e eficiência dos serviços e da diversificação das valências oferecidas (nomeadamente nos domínios da cultura e do lazer) de modo a responder a crescentes exigências por parte das populações, decorrentes tanto da elevação progressiva dos níveis de instrução como das expectativas dos novos residentes que interessa atrair.
J. Resposta à alteração da matriz de necessidades relativas a infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos de apoio à qualidade de vida decorrente do aumento do peso relativo dos estratos mais idosos da população e da sua maior presença em áreas afastadas dos principais centros urbanos, através da progressiva reconversão de valências das instalações

existentes (se e quando necessário), e da adoção de formas específicas de assegurar o acesso aos serviços em causa por parte de populações com dificuldades acrescidas de mobilidade.

K. Resolução das lacunas de acessibilidade rodoviária às grandes vias do Litoral e aos principais centros urbanos da área envolvente do concelho.

L. Beneficiação/completamento da rede viária local, incluindo nos critérios de priorização das ações da sua concretização: (i) assegurar condições de circulação especialmente cuidadas nos percursos a que corresponda um maior potencial de procura de transporte público rodoviário, e (ii) assegurar condições mínimas de acessibilidade automóvel (desde logo para veículos de emergência) a todos os aglomerados e núcleos habitados.

M. Promoção da expansão (em extensão e frequência) e da qualidade de serviço das carreiras de transporte público rodoviário, em especial no que se refere a ligações diretas e cómodas à Área Metropolitana do Porto e aos polos urbanos dos concelhos limítrofes.

N. Dotação das áreas de acolhimento empresarial com vias de acesso adequadas às características do tráfego que geram (ou melhoria das vias já existentes), e que estabeleçam sem pontos de bloqueio a conexão com a rede viária principal de acesso ao exterior do concelho.

O. Promoção da instalação/reforço de redes e dispositivos de suporte à transmissão de informação e às telecomunicações, incluindo soluções específicas para garantir: (i) comunicações de emergência fiáveis, e (ii) serviços/dispositivos mínimos que permitam o contacto com e entre os residentes idosos e/ou isolados.

P. Promoção de condições atrativas para o acolhimento empresarial, através da qualificação urbanística e infraestrutural (com especial atenção às redes telemáticas) dos espaços a tal dedicados e incluindo, se for o caso, a sua expansão ou a criação de novos, sem prejuízo de outras formas de apoio às iniciativas empresariais.

Q. Promoção da instalação de estruturas de acolhimento das diferentes procuras turísticas, numa postura explorando formas de estabelecimento de condições especiais de acarinhamento como contrapartida de exigências de plena compatibilidade com a preservação dos valores territoriais e de qualidade dos empreendimentos.

R. Adoção de soluções de flexibilidade (dentro dos limites derivados da indispensável salvaguarda dos valores territoriais e das disposições legais eventualmente aplicáveis) dirigidas ao melhor acolhimento em solo rústico de usos e atividades complementares ou potenciadores dos usos dominantes desses espaços (a agricultura, a pecuária, a silvo pastorícia e a floresta).

5.3.4. Parcerias estratégicas

O tema da inovação institucional com que o ponto anterior terminou é um bom mote para acolher o entendimento da política de parcerias como uma condição de facilitação da estratégia Arouca 2030.

Já foi anteriormente referido que a dimensão de reforço e aprofundamento de opções que já estão no terreno em Arouca e que são acolhidas como âncoras da estratégia Arouca 2030 é particularmente exigente do ponto de vista do novo posicionamento que é solicitado ao Município. Uma das dimensões em que esse novo posicionamento se torna mais notório é o da

política de parcerias com outras entidades/instituições que convirjam nos seus propósitos para o desenvolvimento local.

Em nosso entender, sem prejuízo da coerência da estratégia local, um dos resultados pelos quais o êxito da estratégia pode ser medido é o do fortalecimento institucional e organizativo de instituições locais para além do Município. Sem embargo da própria capacitação do Município, que tem ele próprio na estratégia Arouca 2030 novos desafios à sua intervenção, é crucial que a estratégia de desenvolvimento Arouca 2030 traga consigo atores locais mais capazes e organizados, condição necessária para que a qualidade dos projetos por eles dinamizados possa ter um significativo *upgrade*.

De acordo com o diagnóstico e trabalho de terreno realizados, a AECA, a ADRIMAG e a AGA perfilam-se nesse âmbito, e tal significa que as parcerias entre o Município e tais entidades podem ser substancialmente enriquecidas na sequência das apostas da estratégia Arouca 2030. O mesmo poderia ser estendido à Associação Florestal do Entre Douro e Vouga, acaso a gestão proativa da floresta seja acolhida na dimensão da aposta da valorização de recursos endógenos específicos. O mesmo poderá ser dito da organização possível de produtores agrícolas ou da emergência de outras estruturas associativas que venham, por exemplo, a tornar-se necessárias na sequência virtuosa do projeto do GeoPark.

As parcerias a constituir e/ou a reforçar/consolidar terão de assentar num elemento comum de coordenação e de monitorização da coerência das ações face à Estratégia Arouca 2030. Esse elemento terá de ser assegurado pelo Município e essa função traduz, por si só, exigências de capacitação.

5.4. SÍNTESE DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO	TIPO	PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO	PARCERIAS
Arouca, território de inovação e empreendedorismo económico	Âncora	Consolidação do Parque de Negócios de Escariz (CI3 - Centro de Incubação e Inovação Industrial). Valorização da rede de espaços de acolhimento empresarial. Dinamização de processos de responsabilidade social corporativa em torno da marca territorial Arouca. Aposta no desenvolvimento do empreendedorismo de base tecnológica e inovação industrial no quadro do espaço territorial alargado (EDV, AM Porto e Aveiro). Apostar no estímulo ao empreendedorismo orientado para a valorização de recursos endógenos em áreas de baixa densidade como elemento diferenciador de Arouca (fileira agroalimentar, turismo). Planeamento e promoção externa em articulação com municípios EDV. Adaptação da estrutura municipal ao novo quadro de competências em matéria de desenvolvimento económico.	Município de Arouca AECA. Associação de Municípios Terras de Santa Maria. ANJE. UPTEC. Universidades de Aveiro e do Porto e Instituto Politécnico do Porto. Associação Geoparque Arouca.
Arouca, território de diversidade	Âncora	Aposta na competitividade dos recursos endógenos (naturais, florestais, pecuários e agrícolas), desde as condições de produção à valorização nos mercados. Consolidação e internacionalização do Geoparque e aposta no modelo de turismo sustentável. Gestão florestal proativa e valorização das atividades da fileira, incluindo a valorização dos serviços de ecossistema relacionados com o combate aos efeitos das alterações climáticas. Fomento da inclusão/coesão territorial, através da diversificação da aposta na produção endógena, do apoio à fixação de empreendedores e do apoio a atividades complementares à produção.	Município de Arouca. Associação Geoparque Arouca ADRIMAG. AECA. Cooperativa Agrícola de Arouca. Associação Florestal do EDV. Associação Nacional de Criadores da Raça Arouquesa. Associação de Agricultores de Arouca. Juntas de Freguesia.
Arouca, território com identidade	Âncora	Preservação e valorização do património natural, ambiental e histórico-cultural. Implementação de uma estratégia de *marketing* territorial, para públicos internos e externos, que reforce a notoriedade e os valores identitários de Arouca.	Município de Arouca. Associação Geoparque Arouca ADRIMAG. Real Irmandade Rainha Santa Mafalda. Juntas de Freguesia.

EIXO	TIPO	PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO	PARCERIAS
Educação, formação e qualificações para o futuro	Complementar	Adaptação da oferta de ensino às áreas de aposta do modelo de desenvolvimento. Trabalho em articulação com municípios vizinhos na definição das ofertas educativa e formativa, para otimização de recursos. Criação de condições de qualidade de vida e económicas atrativas para segmentos de população com níveis elevados de qualificação escolar.	Municípios. Área Metropolitana do Porto. Agrupamentos de Escolas de Arouca e de Escariz. AECA. Politécnico do Porto.
Desenvolvimento inclusivo e qualidade de vida	Complementar	Aposta em soluções inovadoras para universalização de acesso a infraestruturas, serviços e equipamentos coletivos e de proximidade. Implementação de um programa de reabilitação da rede viária municipal e de sistemas de mobilidade adequados à baixa densidade, sobretudo em matéria de acesso à educação, ao emprego e aos serviços coletivos. Política social orientada para os grupos mais vulneráveis e para o reequilíbrio demográfico. Capacitação dos agentes sociais. Adaptação da estrutura municipal ao novo quadro de competências em matéria de desenvolvimento social.	Município. Rede Social. Associações e Casas do Povo. Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca. Agrupamentos de Escolas de Arouca e Escariz. Juntas de Freguesia.
Gestão territorial orientada para o desenvolvimento sustentável	Complementar	Revisão do PDM, atendendo a quatro dimensões principais: conservação e valorização dos recursos endógenos; combate à regressão demográfica (serviços às populações, racionalização dos perímetros urbanos); promoção do desenvolvimento económico; promoção de uma rede coerente de acessibilidades, às escalas local e regional. Adaptação de outros IGT ou instrumentos de política territorial aos novos quadros normativos e de competências municipais.	Município.
Parcerias estratégicas	Complementar	Capacitação e fortalecimento institucional e organizativo do Município e de outras instituições locais. Constituir, reforçar e consolidar parcerias gerais ou específicas para implementação e monitorização da Estratégia Arouca 2030, incluindo o Conselho Estratégico Municipal	Município. Entidades regionais e locais.

5.5. ALGUNS PROJETOS ESTRUTURANTES

Embora este Plano Estratégico tenha uma natureza orientadora e de referência para a atuação municipal – sendo independente dos instrumentos de política, especialmente os financeiros, que permitirão concretizar a visão adotada -, é importante referir alguns projetos estruturantes e mobilizadores, mesmo que a título de exemplo.

Na sua generalidade, estes projetos não são unidimensionais, isto é, não se inscrevem apenas num dos eixos da estratégia. Devem contribuir para um território inovador e empreendedor, valorizando a diversidade e a identidade, e basear-se em atividades que podem estar inseridas em diversos eixos complementares.

Referimos quatro projetos-iniciativas que podem ser considerados como uma base de partida para a implementação da estratégia – e que são suficientemente abrangentes e ambiciosos para constituírem um desafio para a ação municipal na próxima década.

- **Plano de ação para a valorização da Bioeconomia em Arouca**

Em linha com a estratégia europeia para o desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável e circular, que visa melhorar e reforçar a utilização sustentável de recursos renováveis para dar resposta a desafios, tais como as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável, propõe-se o desenvolvimento de um plano de ação para a Bioeconomia em Arouca. Por bioeconomia entende-se uma economia baseada na "produção e utilização sustentáveis de recursos biológicos renováveis, visando complementar ou substituir os materiais baseados em recursos não renováveis, para alavancar a mudança para uma economia circular de baixo carbono, que atenda às necessidades atuais e futuras de alimentos, bens e energia" (definição do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável).

O plano deverá ser iniciado com a elaboração de um estudo sobre o potencial económico dos setores agropecuários e agroalimentares, da floresta-silvicultura, dos produtos biológicos, dos recursos hídricos, incluindo nesse potencial a valorização de subprodutos e resíduos. A partir desse estudo de potencial serão definidas medidas de estímulo à valorização desta economia, através de novos produtos, criação de sinergias-simbioses que potenciem a relação em cadeia de valor dos setores primários, transformadores e turismo, e incluindo também um programa de apoio ao empreendedorismo nestes setores e um programa de valorização dos serviços de ecossistema que remunere os proprietários agrícolas e florestais em função da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável (preservação de solos, água e biodiversidade, paisagem, modos de produção tradicionais, limpeza de terrenos, vigilância, etc.).

- **Programa de valorização da rede de espaços de acolhimento empresarial**

Este programa dará continuidade a um conjunto de iniciativas que já vêm sendo desenvolvidas em Arouca, destinadas a aumentar a capacidade de acolhimento e atração de investimento, que incluem a requalificação física e ambiental dos espaços industriais

existentes, algumas expansões, a criação de serviços de apoio, logísticos e de acessos rodoviários, bem como medidas de natureza mais imaterial – promoção e informação, modernização dos processos de licenciamento, gestão em rede, etc.

- **Criação e implementação de uma marca territorial "Arouca"**

Esta marca, cuja conceção deve ser devidamente compatibilizada com outras já existentes (Arouca GeoPark, por exemplo) justifica-se como base de um projeto de **Responsabilidade Territorial Corporativa** para Arouca.

A marca será de âmbito multissetorial, constituindo um valor acrescentado para as empresas (e outras instituições), por incorporar as dimensões culturais e de sustentabilidade que este território assume como sua identidade e são reconhecidas no exterior. Ao mesmo tempo, esta "denominação de origem" significará um compromisso com a valorização da sustentabilidade social, económica e ambiental de Arouca por parte das entidades que a utilizarem.

Tendo em conta o seu potencial e ritmo de crescimento, o turismo é um setor que merece atenção especial nesta marca "Arouca". A valorização do Geoparque ou da distinção conferida pela Carta Europeia do Turismo Sustentável devem ser devidamente incorporados no processo.

- **Programa de coesão socio-territorial Arouca 2030**

Os défices infraestruturais e de serviços de natureza coletiva que ainda existem em Arouca penalizam globalmente todo o território e população, mas são especialmente graves em algumas áreas.

Este programa, que deve ser desenhado de forma muito alinhada com o novo plano diretor municipal, terá duas dimensões: uma física-infraestrutural, outra imaterial-organizativa. Essencialmente, será desenhado de forma a responder aos desafios acolhidos por três dos objetivos definidos para a política de coesão europeia da próxima década: uma Europa mais conectada, uma Europa mais social e uma Europa mais próxima dos cidadãos.

Alguns domínios especialmente determinantes para uma estratégia de coesão territorial em Arouca são o das acessibilidades e conectividade digital e viária; do apoio social a populações fragilizadas pelo envelhecimento e isolamento; da habitação e serviços de apoio às famílias, para criação de um território atrativo para os atuais e novos residentes.

6. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA AROUCA 2030

6.1. UM CALENDÁRIO PARA UMA DÉCADA

Mais do que uma rutura ou uma grande transformação do modelo de desenvolvimento, esta Estratégia Arouca 2030 é orientada para o aprofundamento e qualificação desse modelo – apostando numa subida de escala ao nível da visibilidade e competitividade, alargando a base territorial dessa competitividade a todos os setores espaciais e sociais, inovando no modelo de coesão e sustentabilidade.

Nesse sentido, fixar um horizonte temporal pode parecer supérfluo: a Estratégia mantém-se válida enquanto se entender que é adequada – desde, naturalmente, que seja devidamente monitorizada. Tal como o PEDCA de 1995 manteve elevados níveis de atualização durante duas décadas, pelo menos nas suas linhas estruturais, é desejável que a nova estratégia possa apresentar a mesma vitalidade.

No entanto, e sem que isso signifique fixar um calendário rígido, deve atender-se aos ciclos de planeamento local (sendo, aí, o PDM a grande referência) e nacional-europeu. 2030 é um marco temporal adequado – nesse ano estará já em revisão o PDM que substituirá o atual; um novo ciclo político local será iniciado; e estará concluído o período de programação dos fundos comunitários que sucederão ao Portugal 2020, com o que isso significa em termos de políticas públicas nacionais, sempre muito dependentes deste ciclo europeu.

Propõe-se, portanto, que esse período de cerca de uma década seja assumido como o necessário e suficiente para a preparação (nalguns casos, na continuidade), execução e maturação dos 3 Eixos Âncora e dos 5 Eixos Complementares da estratégia de desenvolvimento de Arouca. Não há períodos pré-determinados: cada ação, cada iniciativa, deve ser lançada no seu tempo natural, correspondente aos ciclos políticos, aos diversos níveis, bem como às oportunidades e à reunião efetiva de capacidades coletivas. Mas fixar um horizonte é essencial, para que todos tenham presente que, em 2030, a visão de <u>um território com espírito de montanha, coeso e sustentável, atrativo para residir, visitar e trabalhar</u> deve ser uma realidade consolidada.

6.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A Estratégia Arouca 2030 que agora se apresenta emerge de um processo de análise de tipo *bottom up*, em que se parte dos ativos e de um processo de concertação locais. No entanto, deve ter-se presente que a sua implementação depende de fatores internos (sobretudo, a capacidade de mobilizar os agentes para a implementação de projetos estruturantes), mas também, e muito, de fatores e oportunidades externas.

Por essa razão, convém validar a Estratégia no quadro de referenciais de política pública nacional e europeia para aquele que é o período da sua execução, que podemos considerar como a próxima década. Vamos fazê-lo sem a preocupação de analisar políticas setoriais, mas apenas aqueles que nos parecem os grandes marcos estratégicos – a política de coesão europeia e a sua tradução no Portugal pós-2020 e respetivas prioridades; e a política portuguesa para o desenvolvimento das regiões de baixa densidade (o Programa Nacional para a Coesão

Territorial). Esta opção resulta da constatação acerca do posicionamento peculiar de Arouca no quadro territorial nacional:

- É um município metropolitano (e inserido, em parte, numa bacia urbano-industrial de grande dinamismo), tendo por essa via a oportunidade de aceder a instrumentos relacionados com a política urbana e os apoios ao desenvolvimento industrial e de índole mais tecnológica - e um tecido institucional e empresarial capaz de aproveitar essas oportunidades.
- É um município de baixa densidade, e como tal enquadrado pelo Programa Nacional para a Coesão Territorial.

6.2.1. Alinhamento com a Política de Coesão Europeia e o Portugal 2030

A preparação de estratégias e instrumentos de financiamento será realizada, principalmente, no quadro da inserção metropolitana de Arouca, tanto mais que está em curso um processo de descentralização e reorganização territorial do Estado, em que municípios e áreas metropolitanas assumem um novo protagonismo.

Os dois referenciais que devem ser retidos, nesta fase em que se começam a definir as linhas orientadoras para o próximo período de programação, são a proposta dos serviços da Comissão Europeia sobre os domínios prioritários de investimento e as condições de base para uma execução eficaz da política de coesão em Portugal no período 2021-2027[6] e a proposta do governo português para as linhas gerais de prioridades pós-2020 (divulgada em 2018).

No primeiro caso, a Comissão Europeia propõe que os financiamentos europeus atendam a 5 Objetivos Estratégicos:

- *Uma Europa mais inteligente —transformação industrial inovadora e inteligente*, que enquadra, em grande medida.
- *Uma Europa mais verde e hipocarbónica –transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos*.
- *Uma Europa mais conectada –mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação.*
- *Uma Europa mais social — implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.*
- *Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais.*

Como se pode observar, todos estes objetivos enquadram um, ou mais, dos eixos âncora ou complementares da Estratégia Arouca 2030. Pela sua focagem nos fatores de diferenciação de Arouca, pode dizer-se que os Objetivos Estratégicos europeus referentes à Europa +Inteligente, +Verde e +Próxima são os de maior potencial, embora os outros contenham orientações de política também decisivos.

[6] Que constam no Anexo D ao Relatório relativo a Portugal do Semestre Europeu de 2019 - *SWD (2019) 1021 final*; Bruxelas, 27.2.2019 (https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/2019-european-semester-country-report-portugal_pt.pdf).

Quanto às opções nacionais, tendo em conta os elementos conhecidos, o quadro de instrumentos de apoio do próximo período de programação dos FEEI será organizado tendo em conta três objetivos **transversais**[7]:

I. Inovação e Conhecimento
II. Qualificação, Formação e Emprego
III. Sustentabilidade demográfica

e cinco objetivos **territoriais**:

IV. Energia e alterações climáticas
V. Economia do mar
VI. Redes e mercados externos
VII. Competitividade e coesão dos territórios de Baixa Densidade
VIII. Agricultura e florestas.

Se excetuarmos o domínio da Economia do Mar, há um claro alinhamento das linhas estratégicas do Arouca 2030 com as prioridades nacionais para a Política de Coesão.

A Área Metropolitana do Porto e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte são os espaços institucionais /entidades com os quais Arouca deve dialogar no sentido de uma otimização dos instrumentos de apoio à sua estratégia, no âmbito dos FEEI.

[7] Ver https://www.portugal2030.pt/.

6.2.2. Alinhamento com o Programa Nacional para a Coesão Territorial

Este Programa integra uma Agenda para o Interior, constituída por oito Iniciativas (agendas interministeriais e interinstitucionais), organizadas em torno de desafios e questões estruturantes que se colocam ao desenvolvimento dos territórios do interior:

- Envelhecimento com Qualidade;
- Inovação da Base Económica;
- Capital Territorial;
- Cooperação Transfronteiriça;
- Relação Rural-Urbana;
- Acessibilidade Digital;
- Atratividade Territorial;
- Abordagens, Redes e Participação.

Além desta Agenda, o PNCT estrutura-se em cinco eixos, que integram cerca de uma centena e meia de medidas:

- Eixo 1. Um Território do Interior + Coeso;
- Eixo 2. Um Território do Interior + Competitivo;
- Eixo 3. Um Território do Interior + Sustentável;
- Eixo 4. Um Território do Interior + Conectado;
- Eixo 5. Um Território do Interior + Colaborativo.
- A importância de todos estes temas é indiscutível, e uma participação ativa do Município na implementação do PNCT é essencial para articular as intervenções dos distintos níveis da Administração. O PNCT é implementado e monitorizado pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que deve ser considerada uma entidade parceira na implementação da Estratégia Arouca 2030.

7. COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA

No quadro dos desafios que hoje se colocam à sociedade europeia e, naturalmente, portuguesa, é fundamental que à consistência de uma estratégia se acrescentem elementos de flexibilização (para que os agentes e as pessoas possam reagir em tempo útil às alterações de contexto ou de tendências) e de monitorização (para que essas alterações possam ser antecipadas e a estratégia possa adaptar-se, sem aleatoriedade e sem perder o foco e a capacidade mobilizadora).

A Estratégia Arouca 2030 é assumida como uma matriz orientadora, com o devido grau de flexibilidade que permita, designadamente, adotar modelos de trabalho em rede de geometria variável e adaptar as intervenções concretas às oportunidades e ao contexto. Não é um Plano de Ação, embora possa declinar-se em programas de ação de natureza setorial e/ou territorial.

Nas secções anteriores, em que apresentámos o modelo estratégico, as questões da consistência/focagem e da flexibilidade ficaram já acauteladas. Referimos também esta necessidade de um modelo de implementação e governação em rede.

Neste capítulo apresentamos, em linhas gerais, esse modelo, incidindo sobre três aspetos essenciais: a coordenação, o acompanhamento e a monitorização.

7.1. COORDENAÇÃO DA ESTRATÉGIA AROUCA 2030

Como é natural, competirá ao executivo municipal a coordenação desta Estratégia, integrando esta como um elemento estruturante da governação política local.

Como fica evidente pelas dimensões centrais e complementares, há aqui uma margem para intervenção ao nível de praticamente todos os pelouros do Executivo, devendo a coordenação geral caber à presidência.

A perspetiva de gestão em rede recomenda que as diversas linhas de intervenção sejam implementadas através de parcerias, sem que, no entanto, isso implique a criação de órgãos adicionais de decisão institucionalizados. Esse modelo tende, normalmente, a ser indutor de elementos de rigidez e a desviar as instituições participantes dos verdadeiros objetivos, que são a implementação efetiva dos projetos e programas.

Do ponto de vista técnico, esta função executiva deve ser apoiada nas estruturas orgânicas flexíveis existentes na organização municipal: a Divisão de Planeamento e Obras (que terá a missão de coordenar este apoio técnico, bem como a monitorização), a Divisão de Ambiente e Urbanismo e a Divisão de Desenvolvimento Social.

7.2. ACOMPANHAMENTO

7.2.1. Acompanhamento estratégico

Independentemente do envolvimento específico em projetos e iniciativas a desenvolver, a implementação da Estratégia justifica um acompanhamento de uma parceria alargada de agentes locais-regionais, que devem ser envolvidos regularmente na partilha de preocupações e decisões.

Este acompanhamento, de natureza estratégica, pode assumir duas formas:

- A criação de um Conselho Estratégico Municipal, agregando entidades de natureza variada, com as quais o Município discutirá aspetos relacionados com as dinâmicas de desenvolvimento, e em especial o processo de implementação desta Estratégia Arouca 2030. Neste Conselho deve ponderar-se a participação de entidades que representem também os espaços de inserção regional de Arouca, designadamente a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria e a Área Metropolitana do Porto, e ainda a CCDR Norte e a Unidade de Missão para a Valorização do Interior.
- A realização de um Fórum do Desenvolvimento, evento a realizar anualmente ou de dois em dois anos, destinado a discutir aspetos relevantes para o desenvolvimento e a partilhar, em ambiente aberto, questões relacionadas com a estratégia. Recomenda-se o envolvimento de agentes do exterior (políticos, institucionais, empresariais, da diáspora arouquense, mediáticos).

7.2.2. Acompanhamento político

Para além do acompanhamento estratégico, recomenda-se um acompanhamento político, como forma de validar-legitimar as opções estratégica e a sua tradução em linhas de ação municipais. Este objetivo pode ser conseguido com o agendamento de um momento anual de monitorização e discussão da Estratégia Arouca 2020 na Assembleia Municipal.

7.3. MONITORIZAÇÃO

A monitorização é uma atividade essencial para o sucesso da estratégia, já que permite, de forma organizada, conhecer a trajetória seguida e sustentar uma avaliação *on going* dos progressos na implementação, no sentido da introdução de reorientações pontuais ou reflexões mais profundas – inclusivamente sobre os próprios objetivos e metas a atingir e sobre o modelo de implementação adotado.

No entanto, esta monitorização não pode ser demasiado ambiciosa, a vários níveis, sob pena de vir a constituir um obstáculo à compreensão das dinâmicas e ser elemento bloqueador da eficiência e eficácia dos mecanismos operacionais. Este sentido da proporção deve fazer-se sentir:

- Na definição de um quadro relativamente restrito de indicadores, os quais devem referir-se a questões e domínios centrais da própria estratégia.
- Na escolha de indicadores viáveis, isto é, cujo cálculo se baseie em informação fidedigna e passível de atualização com custos limitados.
- Na criação de mecanismos de análise e difusão da informação que não sejam irrealistas e demasiado consumidores de recursos.

7.3.1. Níveis de monitorização

A monitorização da Estratégia deve ser realizada a dois níveis:

I. A monitorização da implementação

Refere-se a um acompanhamento de natureza mais operacional, em que se fará o acompanhamento do grau de atividade do sistema de coordenação e acompanhamento e da implementação de cada um dos eixos da Estratégia Arouca 2030.

Os indicadores típicos para este acompanhamento serão indicadores de realização: número de atividades colaborativas, número de projetos implementados, número de parceiros envolvidos, valor de investimento apoiado por FEEI ou outros instrumentos de financiamento alinhados com as prioridades, número de participantes no Fórum do Desenvolvimento, etc.

O principal destinatário será o nível de coordenação da estratégia, pois este tipo de informação permite-lhe atuar atempadamente no sentido de corrigir aspetos mais críticos.

II. A monitorização de resultados e impactos

Este nível é monitorizado através de indicadores de resultado (que se referem a efeitos registados das ações implementadas – tempos de percurso rodoviário entre aglomerados ou zonas empresariais, número de crianças envolvidas em atividades de sensibilização ambiental, número de empresas ou produtores certificados, desempregados apoiados por sistemas de incentivos à criação de emprego, etc.) e de contexto (que permitem compreender as transformações ocorridas no território e na sociedade e, por cruzamento com os indicadores de resultado, calcular indicadores de impacto e compreender em que medida estas transformações se devem à implementação da estratégia ou se resultam de outros fatores, designadamente exógenos – rendimento disponível ou PIB dos habitantes, níveis de abandono e insucesso escolar, saldo demográfico natural e migratório, VAB das empresas do município, área florestal ardida, gasto por turista/visitante, etc.)

7.3.2. Instrumentos de monitorização

Estes são de 3 tipos:

I. Estrutura responsável

A responsabilidade política da monitorização cabe ao Executivo municipal, apoiado tecnicamente pela Divisão de Planeamento e Obras, que deverá:

- manter atualizado o painel de indicadores de implementação e de resultados;
- fazer o tratamento e análise primária da informação;
- produzir os suportes à difusão, seja para públicos internos (estruturas de coordenação e acompanhamento), seja para públicos externos (sociedade em geral).

II. Sistema de indicadores

O painel de indicadores de suporte à monitorização é um elemento essencial para garantir que há uma base concreta de acompanhamento das dinâmicas e transformações no território, na sociedade e na economia. Como referimos, não deve adotar-se um painel demasiado extensivo nem exigente, pois corre-se o risco de o mesmo não ser compreensível e ficar rapidamente desatualizado – não cumprindo, por isso, o objetivo.

Na tabela seguinte avança-se uma proposta de indicadores que se focam nas dimensões mais relevantes da estratégia Arouca 2030, bem como para avaliar regularmente as dinâmicas de implementação.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

População residente
Eleitores
Número de famílias
Alojamentos familiares clássicos
Saldo demográfico natural
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€/m2)
Pop. residente de 15 e mais anos, com ensino superior (%) (2)
Alunos do Ensino não Superior
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes
Consultas nos centros de saúde
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens
Desempregados inscritos nos centros de emprego em % da pop. res. com 15 a 64 anos
Pensões da Segurança Social e da CGA em % da população residente com 15 e mais anos
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh)
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente / habitante (kg)
Área Florestal ardida
Espetadores de espetáculos ao vivo
Taxa de mortalidade infantil (‰)
População empregada no sector primário (%)
População empregada no sector secundário (%)
População empregada no sector terciário (%)
Volume de Negócios das empresas (€)
Valor Acrescentado Bruto do setor empresarial (€)
Valor de investimento empresarial apoiado por Sistemas de Incentivos de FEEI
Apoios concedidos em programas de apoio ao empreendedorismo
Demografia empresarial (soc. constituídas-soc. dissolvidas)
Índice de Densidade Turística (NOS)
Índice de Diversidade Linguística dos Turistas (NOS)
Índice de Retenção Noturna dos Turistas (NOS)
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros
Empresas de alojamento e restauração
Entidades participantes em reuniões do Conselho Estratégico Municipal
Número de participantes no Fórum do Desenvolvimento

III. Suportes à difusão

Propõe-se um sistema dinâmico de organização da informação, num sistema simples e facilmente atualizável (p. exemplo, em folha de cálculo) e devidamente georreferenciado (de acordo com a natureza de cada indicador – quantitativo ou qualitativo; por unidade administrativa ou por coordenadas geográficas). O sistema deve permitir a elaboração de memorandos de monitorização semestral de dois tipos:

- Edição de outono (setembro), centrada apenas em indicadores de realização e na descrição das principais atividades desenvolvidas no âmbito da Estratégia Arouca 2030. Este memorando deve ser difundido junto de todas as entidades parceiras do Município.
- Edição da primavera (março), que deve incluir a análise de indicadores de resultado e impacto e ter divulgação pública generalizada.

8. ANEXOS

A preparação desta Estratégia Arouca 2030 incluiu um processo de auscultação de agentes locais, tendo sido realizados dois ciclos de discussão: um inicial, para diagnóstico e avaliação da concretização do PEDCA 1995, e um de validação-concertação em torno da Estratégia. Participaram as entidades e individualidades listadas em seguida. Ressalva-se que o quadro de convites foi mais alargado, mas diversas entidades, por questões de agenda ou de indisponibilidade, não se envolveram nos debates.

8.1. LISTA DE ENTIDADES E INDIVIDUALIDADES QUE PARTICIPARAM NOS TRABALHOS

Município de Arouca

- Executivo Municipal
  - sessões de apresentação
  - reuniões individuais com presidência e todos os vereadores com pelouro
- Vereadores sem pelouro
  - apresentação e discussão em sessão conjunta
- Dirigentes
  - Divisão de Planeamento e Obras (acompanhamento integral dos trabalhos)
  - Divisão de Desenvolvimento Social
  - Departamento de Administração Geral e Finanças

Juntas de Freguesia:

- Inquérito eletrónico
- Participação em painéis.

Entrevistas e participação em painéis de discussão:

- Associação Empresarial de Cambra e Arouca
- Associação Florestal do Entre Douro e Vouga
- ADRIMAG
- Associação Geoparque Arouca
- Cooperativa Agrícola de Arouca
- Casa do Povo de Santa Cruz de Alvarenga
- Academia de Música de Arouca
- Círculo Cultura e Democracia
- Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda
- Agrupamento de Escolas de Escariz

8.2. INQUÉRITO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

O *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Arouca* (PEDCA), que tem sido a grande referência estratégica para as políticas municipais, data já de 1995. Nestes mais de 20 anos ocorreram grandes transformações: mudou o contexto, mudaram as políticas, mudou a legislação, mudaram os atores...

É necessário refletir sobre as estratégias para o futuro e elaborar uma agenda para Arouca focada na próxima década. Tal como o Governo acaba de lançar o processo de preparação do Portugal pós-2020, o Município inicia a preparação da Estratégia Arouca 2030.

A melhor forma de o fazer é proceder a uma avaliação do grau de implementação e da adequação do PEDCA de 1995 à realidade atual e àquela que se pode antecipar, garantindo que não há roturas que comprometam processos que exijam persistência e continuidade.

Para este trabalho, a Câmara Municipal de Arouca contratou a empresa de consultoria Quaternaire Portugal, que já tinha sido responsável, em 1995, pela elaboração do PEDCA.

Essa avaliação deve incluir a perspetiva de todos os agentes, públicos e privados, que são os reais executores das estratégias – aqueles que, no dia-a-dia, concretizam os projetos e as iniciativas que dão corpo às grandes orientações. Desta forma, e como primeiro momento de trabalho, gostaríamos de recolher a opinião dos atuais responsáveis pelas Juntas de Freguesia, através do preenchimento do inquérito que se anexa.

O inquérito apresenta os elementos principais do PEDCA que queremos avaliar – do diagnóstico às linhas estratégicas de desenvolvimento. O que pretendemos é a sua opinião acerca de cada um desses elementos, valorizando-o e, se achar necessário ou conveniente, acrescentando comentários.

O inquérito pode ser preenchido da forma que achar mais conveniente – manualmente ou no ficheiro Word. Agradecemos que nos remeta a sua resposta, até ao dia XXXXXXX, para um dos seguintes contactos:

- E-mail: XXXXXXX
- Fax: XXXXXXX

Para qualquer dúvida, esclarecimento ou troca de impressões, utilize o seguinte contacto:

- XXXXXXX
- T: XXXXXXXX

Muito obrigado.

Junta de Freguesia de _____

PARTE 1: DIAGNÓSTICO

O PEDCA de 1995 identificava um conjunto de aspetos relevantes (positivos e negativos), sobre os quais construiu a proposta de estratégia. Solicitamos que faça a sua avaliação, centrada no território dessa Freguesia (ou União de Freguesias), usando o quadro seguinte (use os espaços, se assim o entender, para comentar aspetos adicionais).

1. **Dinâmicas emergentes**

Dinâmica	**Este aspeto é, atualmente:** **1. Muito importante** **2. Relativamente importante** **3. Não é relevante**	**Neste aspeto, a situação está:** **1. Estável** **2. A melhorar** **3. A piorar**
Património natural, diversidade ecológica e paisagística.		
Património cultural e histórico-arquitetónico – incluindo produtos regionais com valorização económica (vitela arouquesa, doces conventuais, linho, …).		
Qualidade do ambiente rural e urbano.		
Potencial turístico, baseado nos fatores anteriores.		
Boas condições para desenvolvimento florestal e presença de indústria na fileira florestal-madeira.		
Indícios de extensão da bacia industrial e de emprego do EDV.		
Há algum outro **aspeto positivo** que entenda ser, atualmente, muito importante nessa Freguesia (ou UF)? Refira-o aqui.		

2. **Dinâmicas regressivas**

Dinâmica	**Este aspeto é, atualmente:** **1. Muito grave** **2. Relativamente grave** **3. Não é relevante**	**Neste aspeto, a situação está:** **1. Ultrapassada** **2. A melhorar** **3. A piorar**
Perda de importância da agricultura, floresta e pecuária.		
Degradação paisagística – crescimento da monocultura eucalipto.		
Perda demográfica – despovoamento áreas rurais e montanha.		
Parque habitacional envelhecido e com falhas significativas de qualidade.		
Vulnerabilidade social (pobreza, falta de escolaridade) e fraca dotação em serviços de saúde.		
Indicadores de qualidade de vida, de rendimento e de investimento produtivo abaixo da média regional e do Entre Douro e Vouga.		
Isolamento e más acessibilidades.		
Há algum outro **aspeto negativo** que entenda ser, atualmente, muito importante nessa Freguesia (ou UF)? Refira-o aqui.		

PARTE 2: LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

Na tabela seguinte identificam-se as linhas estratégicas de intervenção adotadas no PEDCA (veja, no anexo, a sua desagregação). Relativamente a cada uma dessas linhas, avalie em que medida foram concretizadas no território dessa Freguesia (ou União de Freguesias). Use os espaços, se assim o entender, para comentar aspetos adicionais.

Linhas estratégicas de intervenção	**Como avalia o grau de implementação desta LEI?** (entre 1 – nula ou quase nula; 2 – parcialmente; 3 – intensamente)	**Projetos mais relevantes que foram concretizados na Freguesia/UF**	**Projetos estruturantes ainda por implementar**
1- Reforçar a qualidade urbana e a centralidade da Vila-sede, promovendo a sua imagem exterior em torno da relevância do seu património histórico e ambiental			
2- Afirmar o papel da Escola como espaço de ensino e valorização pessoal			
3- Qualificar e valorizar os espaços naturais.			
4- Promover o desenvolvimento do turismo numa filosofia de autossustentabilidade			
5- Promover o aumento do rendimento gerado pelas produções agroflorestais e pecuárias tradicionais e a sua valorização enquanto recurso estratégico.			
6- Criar condições de atratividade de investimento endógeno e exógeno			

Linhas estratégicas de intervenção	Como avalia o grau de implementação desta LEI? (entre 1 – nula ou quase nula; 2 – parcialmente; 3 – intensamente)	Projetos mais relevantes que foram concretizados na Freguesia/UF	Projetos estruturantes ainda por implementar
promotor de um aumento da oferta de emprego qualificado a nível local.			
7- Ativar solidariedades sociais e culturais.			
8- Incrementar a participação e cooperação entre cidadãos e instituições			

PARTE 3: PARCERIAS LOCAIS

Uma questão final: quais são as entidades (públicas, associativas ou privadas) que atuam nessa Freguesia (ou UF) que considera indispensáveis para um trabalho conjunto, visando o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento?

Muito obrigado.

8.3. PAINÉIS DE DISCUSSÃO INICIAIS (AVALIAÇÃO DO PEDCA 1995): CONVITE

O *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Arouca* (PEDCA), que tem sido a grande referência estratégica para as políticas municipais, data já de 1995. Nestes mais de 20 anos ocorreram grandes transformações: mudou o contexto, mudaram as políticas, mudou a legislação, mudaram os atores...

É necessário refletir sobre as estratégias para o futuro e elaborar uma agenda para Arouca focada na próxima década. Tal como o Governo acaba de lançar o processo de preparação do Portugal pós-2020, o Município inicia a preparação da Estratégia Arouca 2030.

A melhor forma de o fazer é proceder a uma avaliação do grau de implementação e da adequação do PEDCA de 1995 à realidade atual e àquela que se pode antecipar, garantindo que não há roturas que comprometam processos que exijam persistência e continuidade.

Para este trabalho, a Câmara Municipal de Arouca contratou a empresa de consultoria Quaternaire Portugal, que já tinha sido responsável, em 1995, pela elaboração do PEDCA.

Essa avaliação deve incluir a perspetiva de todos os agentes, públicos e privados, que são os reais executores das estratégias – aqueles que, no dia-a-dia, concretizam os projetos e as iniciativas que dão corpo às grandes orientações. Nesta fase inicial dos trabalhos, gostaríamos de recolher a opinião de alguns desses agentes, convidando-os a participar num encontro com a seguinte agenda:

1. Avaliação da evolução do contexto social, económico e territorial de Arouca, tendo presentes os elementos do diagnóstico de 1995: o que mudou, em que sentido, que novas perspetivas e realidades devem agora ser consideradas?
2. Avaliação sobre ou grau de implementação das diversas linhas estratégicas de intervenção previstas no PEDCA 1995 relacionadas com a área de atuação das entidades participantes no encontro.
3. Avaliação do nível de consolidação de parcerias em torno dessas linhas estratégicas.

Para apoio da discussão, apresentamos em anexo uma breve síntese dos elementos centrais do PEDCA 1995, destacando os que são mais relevantes para este encontro.

O local e a data do encontro serão marcados em função da disponibilidade das diversas entidades convidadas.

Muito obrigado pela participação.

Quaternaire Portugal

8.4. PAINÉIS DE DISCUSSÃO SOBRE A ESTRATÉGIA AROUCA 2030: CONVITE

Exmos Senhores

A Câmara Municipal de Arouca está a preparar a estratégia municipal de desenvolvimento para a próxima década.

A reflexão e a definição da visão e do caminho a seguir devem resultar de uma convergência entre os agentes políticos, sociais, económicos e de cidadania, pelo que vimos convidar essa instituição a estar presente num painel de discussão sobre XXXXXXXXX, que se realizará no próximo dia XXXXXXX, a partir das XXXXX, na XXXXXXXXX, em Arouca.

A partilha de opiniões e perspetivas será enquadrada pelo documento anexo, que contém uma proposta de base para a reflexão. A sessão terá a seguinte organização:

- Apresentação inicial pela equipa técnica (cerca de 15 minutos).
- Primeira intervenção de cada entidade (cerca 5 minutos), abordando as seguintes grandes questões:
    - Em que medida os agentes políticos, económicos e sociais se revêm na reflexão de base agora proposta e nas orientações que daqui resultam para a estratégia?
    - Como se pode enquadrar a estratégia Arouca2030 na programação do Portugal 2030?
- Debate.

A presença de todos é muito importante, pelo que agradecemos a maior atenção a este convite, bem como a confirmação da presença.

Com os melhores cumprimentos da equipa técnica responsável.

Anexos: documento "Bases para a discussão da estratégia Arouca 2030 com os agentes locais e regionais" e carta de apresentação.

8.5. SÍNTESE DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

8.5.1. PORDATA – dados gerais

Enquadramento metropolitano e nacional

	2001			2011			2017		
	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal
População residente	24 144	1 732 210	10 362 722	22 306	1 760 033	10 557 560	21 125	1 719 362	10 300 300
Superfície em km2	328,2	2 040,6	92 151,8	329,1	2 041,3	92 212,0	329,1	2 041,3	92 225,6
Densidade populacional Indivíduos por km2	73,6	848,9	112,5	67,8	862,2	114,5	64,2	842,3	111,7
Freguesias	20	266	4 252	20	266	4 260	16	173	3 092
Eleitores	20 320	1 403 975	8 902 001	21 117	1 540 173	9 721 406	20 336	1 550 501	9 707 286
Jovens (%) menos de 15 anos	18,3	17,1	16,2	15,3	15,0	15,0	13,4	13,6	13,9
População em idade ativa (%)15 aos 64 anos	65,5	70,1	67,3	66,9	68,9	66,1	66,3	66,8	64,8
Idosos (%) 65 e mais anos	16,2	12,8	16,5	17,8	16,1	18,9	20,3	19,6	21,3
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens	88,6	75,1	101,6	116,2	107,2	125,8	151,8	144,7	153,2
Indivíduos em idade ativa por idoso	4,0	5,5	4,1	3,8	4,3	3,5	3,3	3,4	3,0
População estrangeira em % da população residente (1)	-	-	-	0,4	1,5	4,1	0,5	1,6	4,0
Famílias (2)	7 175	585 824	3 650 757	7 464	653 058	4 043 726	-	-	-
Famílias unipessoais (%) (2)	10,9	13,6	17,3	13,0	18,3	21,4	-	-	-
Dimensão média das fam. (2)	3,4	2,9	2,8	3,0	2,7	2,6	-	-	-
Divórcios por 100 casam.os	17,1	28,4	32,3	⊥ Pro 37,4	⊥ Pro 83,7	⊥ Pro 74,2	Pro 57,4	Pro 68,2	Pro 64,2
Nascimentos (3)	240	19 542	112 774	194	15 830	96 856	138	14 014	86 154
Nascimentos fora do casam.º (%) (3)	15,0	18,8	23,8	26,8	38,5	42,8	33,3	51,8	54,9
Óbitos	229	13 947	105 092	215	14 234	102 848	214	15 695	109 758

	2001			2011			2017		
	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal
Taxa de mortalidade infantil (‰) óbitos de crianças com menos de 1 ano por cada 1000 nasc.os	8,3	6,0	5,0	5,2	3,0	3,1	7,2	1,9	1,9
Saldo natural diferença entre o total de nasc.os e o total de óbitos	11	5 595	7 682	- 21	1 596	- 5 992	- 76	- 1 681	- 23 604
Alojamentos familiares clássicos	10 224	753 216	5 357 900	Pre 10 755	Pre 828 522	Pre 5 879 159	Pre 10 978	Pre 836 457	Pre 5 942 131
Alojamentos próprios (%) (2)	85,4	68,5	75,7	81,1	67,5	73,2	-	-	-
Alojamentos arrendados e outros casos (%) (2)	14,6	31,5	24,3	18,9	32,5	26,8	-	-	-
Edifícios de habitação familiar	8 851	396 220	3 185 972	Pre 10 023	Pre 419 151	Pre 3 556 032	Pre 10 209	Pre 423 428	Pre 3 596 827
Valores médios de avaliação bancária dos alojam.os (€/m2)	-	-	-	978,0	-	1 121,0	914,0	1 087,0	1 127,0
População residente de 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%) (2)	22,6	13,5	18,0	13,4	7,9	10,4	-	-	-
Pop. residente de 15 e mais anos, com ensino secundário (%) (2)	7,0	13,9	13,3	10,3	15,2	15,7	-	-	-
Pop. residente de 15 e mais anos, com ensino superior (%) (2)	3,2	8,1	7,6	7,4	14,6	13,8	-	-	-
Estab.os do ensino pré-escolar	-	-	-	17	1 021	6 812	13	899	5 900
Estab.os do 1.º ciclo do ensino básico	-	-	-	21	747	5 221	12	608	4 209
Estab.os do 2.º ciclo do ensino básico	-	-	-	2	168	1 170	2	179	1 198
Estab.os do 3.º ciclo do ensino básico	-	-	-	3	231	1 516	2	225	1 478

	2001			2011			2017		
	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal
Estab.os do ensino secundário	-	-	-	1	147	937	2	156	965
Alunos do ensino não superior (4)	3 960	311 269	-	4 082	330 214	1 925 956	3 205	279 916	1 658 551
Docentes do ensino não superior (4)	368	28 036	176 707	395	28 503	174 953	322	23 422	145 549
Estab.os do ensino superior		59	310		61	300		62	286
Alunos do ensino superior (4)	//	75 806	387 703	//	76 419	396 268	//	72 935	361 943
Docentes do ensino sup.or (5)	//	6 785	35 740	//	7 629	37 078	//	7 239	34 227
Museus		26	226	⊥ 2	⊥ 36	⊥ 377	2	41	430
Sessões de espetáculos ao vivo	,,,	-	13 196	⊥ 39	⊥ 4 288	⊥ 25 871	83	4 944	33 404
Espetadores de espetáculos ao vivo	,,,	-	3 835 553	⊥ 14 452	⊥ 1 689 307	⊥ 8 484 295	39 934	2 940 274	15 407 231
Ecrãs de cinema	,,,	-	455	⊥	⊥ 86	⊥ 558		91	571
Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto (%)	5,7	10,9	-	12,2	10,6	9,6	12,3	10,9	10,3
Hospitais		36	217	⊥ 1	⊥ 39	⊥ 226	1	40	225
Centros de saúde	1	44	392	1	41	388	-	-	-
Consultas nos centros de saúde	70 621	4 553 205	27 652 305	53 148	4 089 275	27 892 050	-	-	-
Farmácias (6)	7	373	2 888	7	429	3 074	7	433	3 118
Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde	317,7	488,5	350,2	359,8	416,1	368,6	-	-	-
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	10,1	39,1	35,9	⊥ 16,9	⊥ 35,9	⊥ 39,3	17,4	32,5	33,2
Sociedades constituídas	87	8 009	45 290	⊥ 39	⊥ 6 041	⊥ 31 986	44	6 528	36 904
Sociedades dissolvidas	7	1 349	6 858	⊥ 25	⊥ 5 523	⊥ 32 473	23	2 813	14 421
Empresas não financeiras (7)	-	-	-	2 102	186 669	1 113 559	-	-	-

	2001			2011			2017		
	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal
Empresas de alojamento e restauração	-	-	-	134	12 119	85 802	-	-	-
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (7)	-	-	-	6 327	631 473	3 631 747	-	-	-
Bancos e caixas económicas	6	866	4 899	8	995	5 834	7	678	4 144
Habitantes por banco e caixa económica	4 023,9	2 000,2	2 115,3	2 788,2	1 768,9	1 809,7	3 017,9	2 535,9	2 485,6
População ativa (2) População empregada + População desempregada	10 891	889 367	4 990 208	⊥ 9 954	⊥ 872 393	⊥ 5 023 367	-	-	-
Taxa de emprego (%) (2 pop. empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos**)**	51,1	57,4	53,5	48,4	49,2	48,5	-	-	-
População empregada no sector primário (%) (2)	11,7	1,8	5,0	6,6	1,3	3,1	-	-	-
População empregada no sector secundário (%) (2)	51,0	42,5	35,1	45,7	30,7	26,5	-	-	-
População empregada no sector terciário (%) (2)	37,3	55,7	59,9	47,7	68,0	70,5	-	-	-
Trabalhadores por conta de outrem (%) (2)	75,3	83,5	81,6	77,5	82,2	81,2	-	-	-
Trabalhadores por conta própria isolados (%) (2)	7,9	5,2	6,3	8,3	5,8	6,6	-	-	-
Taxa de desemprego (%) (2) pop. desempregada por 100 ativos	6,9	7,2	6,8	⊥ 8,1	⊥ 15,7	⊥ 13,2	-	-	-
Desempregados inscritos nos centros de emprego	479	62 228	324 680	659	123 218	551 944	533	98 095	434 462
Desemp.^{os} inscritos nos centros de emprego em % da pop. res. com 15 a 64 anos	3,0	5,1	4,7	4,4	10,2	7,9	3,8	8,5	6,5

	2001			2011			2017		
	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal	Arouca	AM do Porto	Portugal
Pensões da Segurança Social velhice, invalidez e sobrevivência	7 363	354 088	2 528 929	6 836	451 775	2 943 645	6 509	477 419	2 987 136
Reformados, aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações	-	-	-	645	70 956	591 777	740	76 892	645 713
Pensões da Segurança Social e da CGA em % da população residente com 15 e mais anos	-	-	-	39,7	34,9	39,4	39,7	37,2	41,0
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	-	-	-	627	119 545	448 107	315	74 223	288 112
Beneficiários do RSI em % da população residente com 15 e mais anos	-	-	-	3,3	8,0	5,0	1,7	5,0	3,2
Beneficiários do subsídio de desemprego	242	20 467	110 106	232	55 286	261 093	163	29 523	150 806
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente com 15 e mais anos	1,2	1,4	1,3	1,2	3,7	2,9	0,9	2,0	1,7
Trabalhadores da Administração Pública Local	-	-	-	210	16 476	131 522	176	15 502	120 230
Despesas da Câmara Municipal €, milhares	-	-	-	15 304,8	935 905,7	7 075 029,4	14 780,6	903 847,5	7 272 543,2
Receitas da CM €, milhares	-	-	-	15 534,8	974 474,3	7 282 891,6	16 044,8	986 111,8	7 746 395,0
Saldo financeiro da CM €, milhares	-	-	-	230,0	38 568,6	207 862,2	1 264,3	82 264,3	473 851,8
Receitas fiscais da CM (%)	-	-	-	13,6	39,3	30,9	17,7	47,2	39,1
Receitas da CM com IMI por habitante (€)	-	-	-	47,2	113,6	110,6	65,9	136,7	141,4
Transferências recebidas no total das receitas da CM (%)	-	-	-	65,2	42,4	50,3	65,9	33,0	39,4

	2001			2011			2017		
	Arouca	**AM do Porto**	**Portugal**	**Arouca**	**AM do Porto**	**Portugal**	**Arouca**	**AM do Porto**	**Portugal**
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh)	1 577,7	4 308,9	3 912,2	2 387,2	4 785,0	4 655,7	Pro 2 481,9	Pro 4 692,7	Pro 4 632,5
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente / habitante (kg)	-	-	-	25,2	72,0	71,4	30,6	83,2	90,4
Estabelecimentos hoteleiros	-	-	-	1	190	2 019	8	398	5 840
Capacidade dos est. hotel.	-	-	-	109	21 249	289 107	237	30 880	402 832
Hóspedes nos est. hotel.	-	-	-	,,,	-	13 992 782	13 542	3 117 423	23 953 765

Enquadramento no Entre Douro e Vouga

	2001					2011					2017				
	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
População residente	24.144	70.659	136.092	21.136	24.732	22.306	68.634	139.706	21.736	22.839	21.125	66.377	138.740	21.521	21.601
Superfície em km2	328,2	163,5	215,2	8,0	146,5	329,1	161,1	215,9	7,9	147,3	329,1	161,1	215,9	7,9	147,3
Densidade populacional número médio de indivíduos por km2	73,6	432,2	632,5	2.651,1	168,8	67,8	426,0	647,2	2.736,5	155,0	64,2	412,0	642,7	2.710,4	146,6
Freguesias	20	19	31	1	9	20	19	31	1	9	16	12	21	1	7
Eleitores	20.320	56.417	107.469	18.276	21.340	21.117	61.244	124.612	20.258	22.602	20.336	60.508	125.347	20.138	21.215
Jovens (%) menos de 15 anos	18,3	17,4	18,6	17,5	16,0	15,3	13,7	15,5	14,5	12,5	13,4	11,8	13,4	12,8	11,3
População em idade ativa (%) 15 aos 64 anos	65,5	69,4	70,3	70,0	67,7	66,9	69,1	69,8	69,9	66,9	66,3	67,7	68,8	68,4	64,6
Idosos (%) 65 e mais anos	16,2	13,2	11,1	12,5	16,4	17,8	17,3	14,6	15,6	20,7	20,3	20,5	17,8	18,8	24,1

	2001					2011					2017				
	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens	88,6	76,2	59,9	71,4	102,5	116,2	126,2	94,1	107,5	166,0	151,8	174,6	132,6	146,5	213,9
Indivíduos em idade ativa por idoso	4,0	5,2	6,3	5,6	4,1	3,8	4,0	4,8	4,5	3,2	3,3	3,3	3,9	3,6	2,7
População estrangeira em % da população residente (1)	-	-	-	-	-	0,4	1,1	1,0	2,4	1,4	0,5	1,0	0,9	2,1	1,0
Famílias (2)	7.175	22.842	44.244	7.052	8.245	7.464	24.222	48.963	8.292	8.489	-	-	-	-	-
Famílias unipessoais (%) (2)	10,9	9,3	9,7	11,4	11,9	13,0	13,4	13,3	17,7	16,4	-	-	-	-	-
Dimensão média das famílias (2)	3,4	3,1	3,1	3,0	3,0	3,0	2,8	2,8	2,6	2,7	-	-	-	-	-
Divórcios por 100 casamentos	17,1	21,1	26,1	51,0	12,8	⊥ Pro 37,4	⊥ Pro 78,1	⊥ Pro 101,0	⊥ Pro 58,7	⊥ Pro 67,0	Pro 57,4	Pro 80,4	Pro 93,1	Pro 40,3	Pro 41,6
Nascimentos (3)	240	731	1.589	243	224	194	521	1.248	187	152	138	455	1.029	151	141
Nascimentos fora do casamento (%) (3)	15,0	13,1	14,0	18,5	13,4	26,8	32,6	27,2	44,9	32,2	33,3	42,2	47,8	52,3	40,4
Óbitos	229	543	894	152	234	215	607	948	165	228	214	566	1.097	181	240
Taxa de mortalidade infantil (‰) óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos	8,3	8,2	4,4	4,1	4,5	5,2	3,8	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,2	0,0
Saldo natural diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos	11	188	695	91	- 10	- 21	- 86	300	22	- 76	- 76	- 111	- 68	- 30	- 99
Alojamentos familiares clássicos	10.224	27.923	55.241	9.310	11.119	Pre 10.755	Pre 30.084	Pre 60.704	Pre 10.478	Pre 11.880	Pre 10.978	Pre 30.331	Pre 61.649	Pre 10.545	Pre 11.964
Alojamentos próprios (%) (2)	85,4	77,5	82,4	72,0	85,9	81,1	75,1	77,1	67,0	80,7	-	-	-	-	-
Alojamentos arrendados e outros casos (%) (2)	14,6	22,5	17,6	28,0	14,1	18,9	24,9	22,9	33,0	19,3	-	-	-	-	-

	2001					2011					2017				
	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
Edifícios de habitação familiar	8.851	20.895	39.746	3.192	8.482	Pre 10.023	Pre 22.559	Pre 43.733	Pre 3.379	Pre 9.599	Pre 10.209	Pre 22.728	Pre 44.320	Pre 3.408	Pre 9.682
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos (€/m2)	-	-	-	-	-	978,0	846,0	891,0	877,0	906,0	914,0	836,0	879,0	794,0	816,0
População residente de 15 e mais anos, sem nível de escolaridade (%) (2)	22,6	16,7	15,9	11,4	20,4	13,4	9,2	9,2	6,9	12,3	-	-	-	-	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino secundário (%) (2)	7,0	10,0	9,8	14,1	10,0	10,3	12,5	13,3	16,3	12,5	-	-	-	-	-
População residente de 15 e mais anos, com ensino superior (%) (2)	3,2	3,8	4,5	7,7	4,1	7,4	8,1	10,4	13,4	9,5	-	-	-	-	-
Estabelecimentos do ensino pré-escolar	-	-	-	-	-	17	47	110	15	24	13	41	86	15	15
Estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico	-	-	-	-	-	21	33	72	11	17	12	29	53	11	11
Estabelecimentos do 2.º ciclo do ensino básico	-	-	-	-	-	2	7	12	3	2	2	8	13	4	2
Estabelecimentos do 3.º ciclo do ensino básico	-	-	-	-	-	3	9	13	6	2	2	8	13	5	2
Estabelecimentos do ensino secundário	-	-	-	-	-	1	3	7	6	1	2	4	5	6	1
Alunos do ensino não superior (4)	3.960	11.381	24.519	6.887	4.597	4.082	11.278	25.876	7.153	3.613	3.205	8.586	19.968	6.378	2.778
Docentes do ensino não superior (4)	368	935	1.959	620	425	395	1.019	1.962	662	356	322	806	1.464	548	253
Estabelecimentos do ensino superior	0	0	2				2	2				2	2		
Alunos do ensino superior (4)	//	//	811	//	//	//	428	719	//	//	//	521	480	//	//
Docentes do ensino superior (5)	//	//	93	//	//	//	82	56	//	//	//	111	61	//	//

	2001					2011					2017				
	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
Museus		0	2			⊥ 2	⊥ 2	⊥ 1	⊥ 1	⊥ 1	2	2	3	3	1
Sessões de espetáculos ao vivo	,,,	,,,	111		,,,	⊥ 39	⊥ ,,,	⊥ 713	⊥ 96	⊥ ,,,	83	39	378	272	,,,
Espectadores de espetáculos ao vivo	,,,	,,,	42.941	//	,,,	⊥ 14.452	⊥ ,,,	⊥ 109.846	⊥ 13.131	⊥ ,,,	39.934	11.099	548.091	67.792	,,,
Ecrãs de cinema	,,,	,,,	,,,	//	//	⊥	⊥	⊥ 1	⊥ 5	⊥			1	5	
Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto (%)	5,7	5,0	4,6	10,0	20,1	12,2	4,8	10,1	13,0	8,0	12,3	8,6	4,6	15,7	6,2
Hospitais		1	1	1		⊥ 1	⊥ 1	⊥ 1	⊥ 1	⊥	1	1	1	1	
Centros de saúde	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-
Consultas nos centros de saúde	70.621	205.942	349.655	54.690	80.993	53.148	158.901	322.553	66.326	74.804	-	-	-	-	-
Farmácias (6)	7	14	22	5	6	7	16	27	5	6	7	16	27	5	6
Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde	317,7	560,8	548,8	406,5	426,4	359,8	466,9	470,4	388,1	422,9	-	-	-	-	-
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	10,1	17,1	28,8	77,3	13,9	⊥ 16,9	⊥ 23,9	⊥ 31,2	⊥ 50,4	⊥ 18,9	17,4	20,9	25,8	29,9	19,1
Sociedades constituídas	87	276	671	81	75	⊥ 39	⊥ 153	⊥ 471	⊥ 103	⊥ 43	44	151	385	86	39
Sociedades dissolvidas	7	41	101	37	22	⊥ 25	⊥ 114	⊥ 490	⊥ 80	⊥ 32	23	53	221	46	27
Empresas não financeiras (7)	-	-	-	-	-	2.102	6.974	14.542	2.973	2.182	2.644	7.502	15.513	3.047	2.526
Empresas de alojamento e restauração	-	-	-	-	-	134	335	858	160	169	165	347	908	153	171
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (7)	-	-	-	-	-	6.327	26.884	47.433	13.684	8.299	7.200	29.222	48.044	14.999	8.886
Bancos e caixas económicas	6	22	57	21	9	8	32	70	22	12	7	18	42	19	9
Habitantes por banco e caixa económica	4.023,9	3.211,8	2.387,6	1.006,5	2.747,9	2.788,2	2.144,8	1.995,8	988,0	1.903,3	3.017,9	3.687,6	3.303,3	1.132,7	2.400,1

	2001					2011					2017				
	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
População ativa (2) População empregada + População desempregada	10.891	36.882	70.728	11.543	11.564	⊥ 9.954	⊥ 34.583	⊥ 70.154	⊥ 11.170	⊥ 10.449	-	-	-	-	-
Taxa de emprego (%) (2) população empregada por cada 100 indivíduos com 15 e mais anos	51,1	60,6	60,8	62,6	52,9	48,4	53,5	51,0	53,5	48,1	-	-	-	-	-
População empregada no sector primário (%) (2)	11,7	2,0	1,3	0,5	5,8	6,6	1,2	0,7	0,2	2,0	-	-	-	-	-
População empregada no sector secundário (%) (2)	51,0	64,7	62,0	53,6	58,2	45,7	56,4	46,3	45,1	53,5	-	-	-	-	-
População empregada no sector terciário (%) (2)	37,3	33,3	36,6	45,9	36,0	47,7	42,4	52,9	54,7	44,5	-	-	-	-	-
Trabalhadores por conta de outrem (%) (2)	75,3	81,2	81,3	83,1	81,0	77,5	82,0	80,8	83,3	82,3	-	-	-	-	-
Trabalhadores por conta própria isolados (%) (2)	7,9	6,5	6,6	4,6	7,6	8,3	6,5	7,1	5,7	6,7	-	-	-	-	-
Taxa de desemprego (%) (2) população desempregada por 100 ativos	6,9	3,9	4,7	5,5	4,5	⊥ 8,1	⊥ 8,9	⊥ 14,8	⊥ 11,0	⊥ 8,1	-	-	-	-	-
Desempregados inscritos nos centros de emprego	479	1.035	2.605	463	392	659	2.544	8.777	1.070	673	533	1.553	5.673	734	537
Desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente com 15 a 64 anos com 15 e mais anos	3,0	2,1	2,7	3,1	2,3	4,4	5,4	9,0	7,0	4,4	3,8	3,5	5,9	5,0	3,9
Pensões da Segurança Social velhice, invalidez e sobrevivência	7.363	14.649	25.286	4.758	5.859	6.836	19.195	34.441	6.026	7.079	6.509	19.752	37.377	6.338	7.181

	2001					2011					2017				
	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
Reformados, aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações	-	-	-	-	-	645	1.483	2.444	840	643	740	1.680	2.874	896	686
Pensões da Segurança Social e da CGA em % da população residente com 15 e mais anos	-	-	-	-	-	39,7	34,9	31,1	36,9	38,7	39,7	36,6	33,5	38,4	41,2
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	-	-	-	-	-	627	1.102	3.731	540	323	315	784	2.640	395	278
Beneficiários do RSI em % da população residente com 15 e mais anos	-	-	-	-	-	3,3	1,9	3,1	2,9	1,6	1,7	1,3	2,2	2,1	1,5
Beneficiários do subsídio de desemprego	242	480	1.312	188	152	232	1.338	4.241	547	354	163	743	2.212	343	202
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente com 15 e mais anos	1,2	0,8	1,2	1,1	0,7	1,2	2,3	3,6	2,9	1,8	0,9	1,3	1,8	1,8	1,1
Trabalhadores da Administração Pública Local	-	-	-	-	-	210	556	747	273	226	176	780	762	262	186
Despesas da Câmara Municipal €, milhares	-	-	-	-	-	15.304,8	29.596,6	57.412,7	18.008,8	14.758,4	14.780,6	30.588,4	48.471,0	15.537,1	19.806,9
Receitas da Câmara Municipal €, milhares	-	-	-	-	-	15.534,8	33.268,2	59.135,7	18.820,3	16.474,8	16.044,8	35.717,0	62.703,3	15.814,0	14.711,9
Saldo financeiro da Câmara Municipal €, milhares	-	-	-	-	-	230,0	3.671,5	1.722,9	811,5	1.716,4	1.264,3	5.128,6	14.232,3	276,8	- 5.095,1
Receitas fiscais da Câmara Municipal (%)	-	-	-	-	-	13,6	27,7	36,7	23,8	20,8	17,7	33,2	45,5	39,7	27,7
Receitas da Câmara Municipal com IMI por habitante (€) IMI = Imposto Municipal sobre Imóveis	-	-	-	-	-	47,2	76,3	92,9	129,5	73,1	65,9	107,0	121,8	140,0	108,5

	2001					2011					2017				
	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra	Arouca	Oliveira de Azeméis	Santa Maria da Feira	São João da Madeira	Vale de Cambra
Transferências recebidas no total das receitas da Câmara Municipal (%)	-	-	-	-	-	65,2	51,1	49,2	55,4	61,1	65,9	51,6	36,2	32,6	52,3
Consumo de energia elétrica por habitante (kWh)	1.577,7	4.505,6	4.224,0	5.742,2	3.552,2	2.387,2	5.132,4	4.535,5	5.695,5	4.570,8	Pro 2.481,9	Pro 5.600,1	Pro 4.309,1	Pro 5.277,6	Pro 4.811,2
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg)	-	-	-	-	-	25,2	31,2	49,5	69,5	48,7	30,6	29,1	54,0	68,4	50,1
Estabelecimentos hoteleiros	-	-	-	-	-	1	1	4	3	3	8	6	9	4	9
Capacidade dos estabelecimentos hoteleiros	-	-	-	-	-	109	194	397	360	106	237	294	641	355	207
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros	-	-	-	-	-	,,,	,,,	24.136	19.097	1.494	13.542	20.205	44.154	24.939	5.472

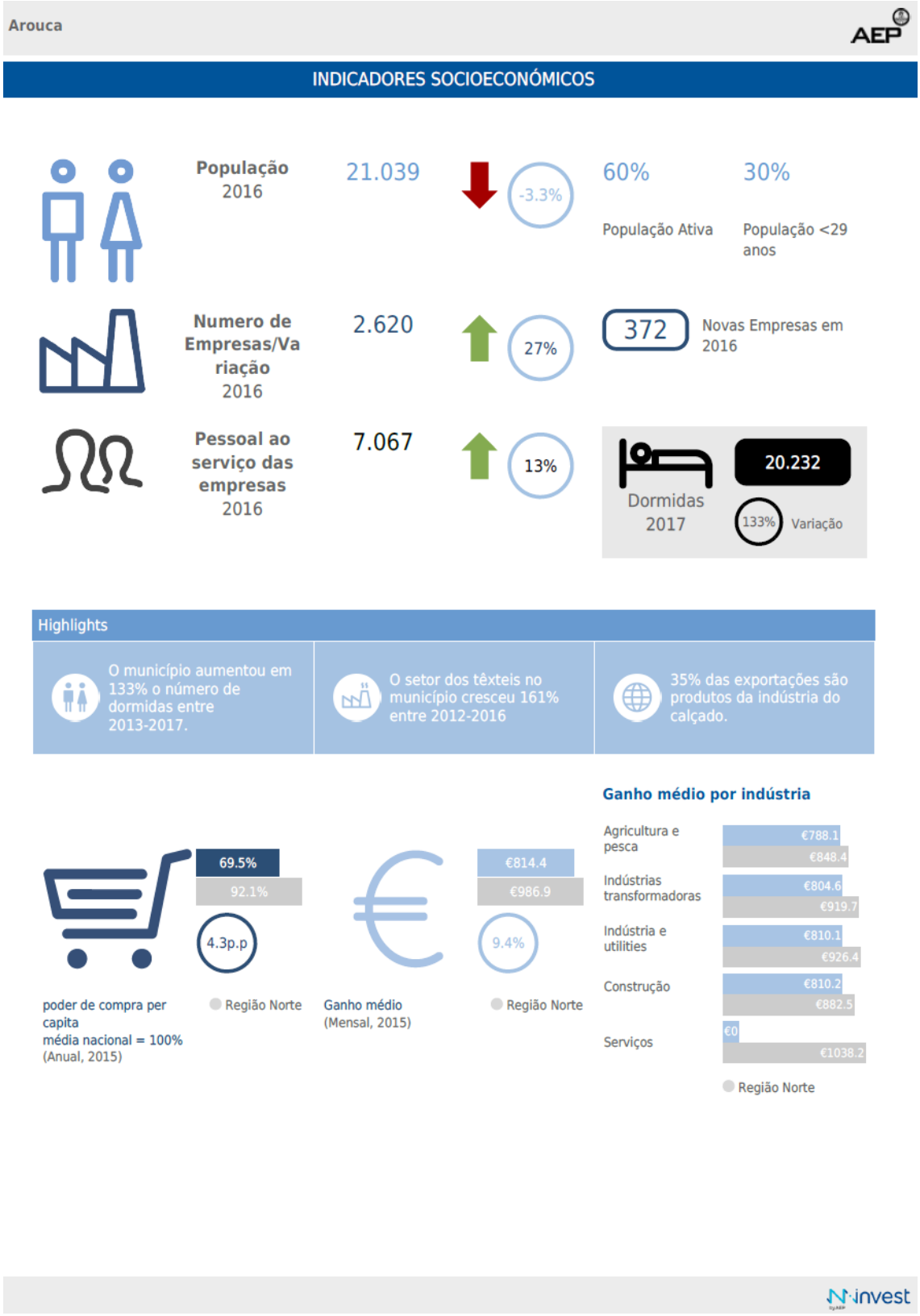
Notas

Fonte: https://www.pordata.pt/

A implementação de mudanças metodológicas é assinalada por quebra de série (⊥).
(1) - Os valores apresentados referem-se à população estrangeira com estatuto legal de residente.
(2) - Dados censitários.
(3) - Os valores apresentados referem-se ao município de residência da mãe (e não de nascimento da criança).
(4) - O ano apresentado corresponde ao último ano do par ano letivo.
(5) - O docente pode ser contabilizado tantas vezes quanto as instituições de ensino em que leciona. O docente é registado no município onde está localizada a sede do estabelecimento de ensino independentemente de lecionarem em polos de ensino que podem estar localizados noutros municípios.
(6) - Inclui postos farmacêuticos móveis.
(7) - Os valores apresentados consideram as empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes. Exclui as atividades financeiras e de seguros, a Administração Pública e Defesa e a Segurança Social Obrigatória.

8.5.2. AEP – N invest – atividade económica

Fonte: https://www.n-investportugal.pt/pt/municipio-arouca/



arouca

Quaternaire Portugal

Arouca

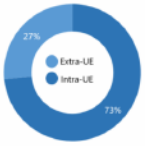
AEP

Economia Municipal

436 M€ Volume de negócios — 11%

115 M€ VAB — 37%

Exportações



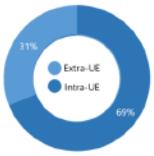
10% Percentagem volume de negócios

Top 3 bens exportados

(NC2)

1. Calçado
2. Metais comuns e suas obras
3. Máq./aparelhos elétricos

Importações



7% Percentagem volume de negócios

Top 3 bens exportados

(NC2)

1. Calçado
2. Metais comuns e suas obras
3. Máq./aparelhos elétricos

Maiores setores no município (por CAE primário)

Por Volume de negócios

Retalho e comércio por grosso — Indústria transformadora — Construção — Agricultura — Outros

40%	27%	14%	8%	11%

1. Constru./Promo. imobiliária — 49M€ ↑ 5%
2. Fabr. prod. metálicos s/máq — 32M€ ↑ 16%
3. Silvicultura/ explo. florestal — 29M€ ↓ -1%
4. Indústria do couro/calçado — 23M€ ↑ 5%
5. Fabr. madeira e cortiça — 19M€ ↑ 6%
6. Comércio/reparação auto. — 18M€ ↑ 3%

Setores com mais crescimento nos últimos dois anos (VN, 2012-2016)

- Indústria das bebidas — 161% ↑
- Ativ. desportivas/lazer — 152% ↑
- Ativ. Apoio social (s/ aloj.) — 47% ↑

invest

arouca

Quaternaire Portugal

Arouca

AEP

Empresas Top-6 no município

Volume de negócios (contas não consolidadas, ultimo ano disponivel - 2016 ou 2017)

Bluetooth - Imp. e Exp. de Telem., Unip.

1 — 33.4M€

Com. por grosso de equip. electrónicos, telecom.

Cimo De Aldeia Agro-Turismo, Lda

4 — 9.2M€

Residencias férias e outros aloj. de curta duração

António Pimenta - Construções, Lda

2 — 32.7M€

Construção de edifícios

Avirecria, Lda

5 — 9.2M€

Com. grosso cereais, tabaco, cortiça, sementes

Construções Carlos Pinho, Lda

3 — 14.9M€

Construção de edifícios

CATARI Portugal, Lda

6 — 7.9M€

Construção de edifícios

Nascimentos de empresas

2016

Nascimentos de Empresas Retalho / Proporção

45

11%

Nascimentos de empresas Indústria Transformadora / Proporção:

23

9%

Nascimentos de Empresas Construção / Proporção

23

7%

% = nascimentos comparado com o número total de empresas no setor

invest

Arouca

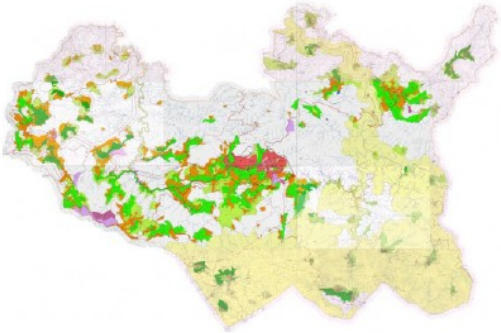
PARÂMETROS URBANÍSTICOS E INCENTIVOS MUNICIPAIS

INCENTIVOS MUNICIPAIS

Impostos e incentivos

IMI	0.30%
IMT	sem informação
Taxas de Licenciamento	sem informação
Derrama	VN > 150 000,00€: 1%; VN < 150 000,00€: 0,50%;
Criação Postos de Trabalho	Sem informação
Outros incentivos/ serviços	CI3 - Centro de Incubação e Inovação Industrial de Arouca

PARÂMETROS URBANÍSTICOS - PDM | ÁREAS EXISTENTES E ÁREAS FUTURAS



IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS EMPRESARIAIS

ÁREA TOTAL DA ÁREAS EMPRESARIAIS DO MUNICÍPIO: 1.622.580 M2

ÁREA PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESAS: 1.432.750 M2

ÁREAS EMPRESARIAIS: 6

[04.14.01] Zona Industrial de São Domingos e Mata
[04.14.02] Zona Industrial da Farrapa/Rossio
[04.14.03] Loteamento Industrial das Lameiradas
[04.14.04] Zona Industrial de Mansores/Loteamento Industrial da Mata
[04.14.05] Parque de Negócios de Escariz
[04.14.06] Zona Industrial de Alvarenga

EQUIPA TÉCNICA

O **Plano Estratégico Arouca 2030** foi elaborado, em simultâneo com o **Relatório do Estado do Ordenamento do Território em Arouca 2013-2017**, por uma equipa da Quaternaire Portugal com o seguinte núcleo principal:

Coordenação geral:

- *Artur Costa*, engenheiro civil, especialista em ordenamento do território, coordenador da área de projetos de Desenvolvimento Económico e Social na Quaternaire Portugal.

Estratégia de desenvolvimento:

- *António Figueiredo*, economista, professor (aposentado) da Faculdade de Economia do Porto, Diretor de Estratégia e Inovação na Quaternaire Portugal.

Estado do Ordenamento do Território:

- *Manuel Miranda*, engenheiro civil, especialista em direito do ordenamento, do urbanismo e do ambiente, consultor externo da Quaternaire Portugal.

Apoio técnico:

- *Mariana Rodrigues*, licenciada em gestão, especialista em *marketing*, consultora do quadro da Quaternaire Portugal.
- *Catarina Braga*, licenciada economia e em novas tecnologias de comunicação, mestre em economia, consultora da Quaternaire Portugal.
- *Carlos Fontes*, especialista em análise estatística de dados e métodos quantitativos, consultor do quadro da Quaternaire Portugal.
- *Daniel Miranda*, licenciado em geografia e planeamento, especialista em sistemas de informação geográfica e políticas urbanas, consultor do quadro da Quaternaire Portugal.

Câmara Municipal de Arouca

Praça do Município
4544-001 Arouca

www.cm-arouca.pt

arouca